



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

WOLNEY MARNEY ALVES DA SILVA FILHO

**Reconstrução do Movimento Estudantil de Serviço Social em Pernambuco na
Crise da Ditadura**

RECIFE
2023

WOLNEY MARNEY ALVES DA SILVA FILHO

**Reconstrução do Movimento Estudantil de Serviço Social em Pernambuco na
Crise da Ditadura**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Orientador: Prof. Dr. Adilson Aquino
Silveira Júnior

RECIFE

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Silva Filho, Wolney Marney Alves da.

Reconstrução do Movimento Estudantil de Serviço Social em Pernambuco na
Crise da Ditadura / Wolney Marney Alves da Silva Filho. - Recife, 2023.

74 p

Orientador(a): Adilson Aquino Silveira Júnior

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de
Pernambuco, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Serviço Social -
Bacharelado, 2023.

Inclui referências, anexos.

1. Ditadura. 2. Juventude. 3. Movimento Estudantil. 4. Radicalidade. 5.
Serviço Social. I. Silveira Júnior, Adilson Aquino. (Orientação). II. Título.

360 CDD (22.ed.)

WOLNEY MARNEY ALVES DA SILVA FILHO

**Reconstrução do Movimento Estudantil de Serviço Social em Pernambuco na
Crise da Ditadura**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de Serviço
Social da Universidade Federal de
Pernambuco, como requisito parcial para
obtenção do título de bacharel em Serviço
Social.

Aprovado em:29/09/2023

Banca Examinadora

Prof. Dr. Adilson Aquino Silveira Júnior (orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof.^a Dr.^a Soraia de Carvalho (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas as entidades que estiveram comigo em todo este processo e para além dele.

À toda minha família, que de uma forma ou de várias formas fizeram com que eu estivesse concluído mais essa etapa da minha vida. Agradeço em especial as mulheres, que de várias formas lutaram para estarem onde estão e por todo o coletivo da família como Ozelia, Carol, Fátima, Concilia, Dona lia e muitas outras, mas também as que estiveram com elas formando-as.

À meu Bisavô Severino (seu biu/biu buchada) (*in memorian*) por estar sempre comigo, ter feito parte da minha construção enquanto pessoa, saudade.

À Dona Maria (madrinha) (*in memorian*) por tudo que fez por mim, principalmente quando se fala em educação, seu sonho era me ver na universidade pública, aqui estou madrinha terminando ela, saudade.

À mainha Aparecida (Cida), em separado, por todas as lutas que travou em toda sua trajetória de vida, por todos os embates que teve por mim e Carol, mas também por você. Te amo mais que tudo.

À Adilson, orientador deste trabalho, que para além de um excelente profissional, é e sempre foi compreensível com meus processos nas pesquisas. Por toda sua dedicação à pesquisa e ao trabalho de reconstruir historicamente o Serviço Social no Nordeste e em Pernambuco.

À Ana Beatriz, Joseane Oliveira e Keyse Kethne que construímos a amizade para além do ensino médio e que mesmo em cidades diferentes mantemos como antes.

Ao “madame x”, Vitória Francine e Itala Katiuchy por estarmos juntas desde 2019 em meio a muitas risadas e sofrências compartilhadas, por todos os debates do pop e por todos os momentos que vivemos e viveremos.

À Beatriz Rocha, Beatriz Moura e Myllena por serem minhas parceiras nesse curso desde o primeiro período, de nos aguentarmos em todas as atividades, nos aguentarmos no ensino remoto, mas para além disso os momentos vividos fora da UFPE.

Às amigadas que fiz durante o curso que muito compartilharam comigo suas histórias e vivências. Em especial agradecimento a Luanna, Danilo, Adria, Laura e Nelita, por compartilharem os conhecimentos e companheirismo no curso, mas principalmente fora dele. Agradecer a Nelita, também, pela inspiração das músicas que intitulam os capítulos deste trabalho.

Ao Diretório Acadêmico de Serviço Social - Flávia Clemente UFPE, por todos momentos vivenciados no espaço físico, todas trocas e aprendizados, amigadas e conhecimentos que este local me proporcionou. Junto às gestões que fiz parte, o MESS é um local de luta e revolução, AVANTE!

Aos camaradas da UJC e do MUP, foram nesses locais que entendi o verdadeiro significado de camaradagem que é ponto central para estarmos nessas tarefas, foi e é onde me formo enquanto militante mas também enquanto pessoa. Camaradas, a luta não é fácil mas o futuro é gigante para nós e para a nossa classe. OUSAR LUTAR, OUSAR VENCER!!

Por fim, dedico também este trabalho a mim, por tudo que tive de aprendizado mas também por tudo que tive como troca. Por conseguir vencer a UFPE, um local onde não foi feito para e mim para as minhas, mas que de um jeito ou de outro estamos vencendo, estamos saindo com diploma e seremos os melhores profissionais.

Em usinas escuras,
homens de vida amarga
e dura
produziram este açúcar
branco e puro
com que adoço meu café esta manhã em Ipanema.

(Ferreira Gullar)

Eu determino que termine aqui, e agora
Eu determino que termine em mim, mas não acabe
comigo
Determino que termine em nós e desate
Que amanhã possa ser diferente com elas
Que tenham outros problemas e encontre novas
soluções
E que eu possa viver delas, através delas, e suas
memórias.

(Linn da Quebrada)

RESUMO

Este trabalho buscou fazer uma reconstrução histórica do movimento estudantil de Serviço Social em Pernambuco durante a crise da ditadura brasileira. Junto a isto, entender os processos políticos que perpassam o Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS) durante este momento da conjuntura do país e como desencadeou um processo de desmobilização no Diretório Acadêmico de Serviço Social na Universidade Federal de Pernambuco em meio à efervescência dos movimentos sociais na luta pela redemocratização. Concomitantemente, apreendendo e identificando os processos de cultura política e mobilização pelo qual as estudantes de Serviço Social na UFPE passavam. Nesta pesquisa, para alcançar os objetivos, foram utilizados como processos metodológicos o modo exploratório de pesquisa e a análise documental, visto as origens das principais fontes utilizadas para este trabalho que não haviam recebido nenhum trato analítico, como a utilização de TCCs de discentes do curso de Serviço Social na UFPE, que devido à falta de outras fontes garantem dados ricos para a pesquisa. Dessa forma, utilizamos como princípio teórico-metodológico a teoria marxista, por entender que essa maneira de análise utiliza-se de conceitos chaves para entender a realidade da sociedade como um todo, como o conceito de totalidade, analisando os objetos de forma exaustiva. Verificou-se que a juventude utiliza-se da radicalidade para lutar contra as explorações capitalistas e que enquanto está nas escolas ou universidades atua a partir do movimento estudantil, não só na luta por melhores condições educacionais, mas junto à luta sindical e de outros movimentos sociais. Diante disso, ocorre um processo de mudança no sistema educacional na Europa pela necessidade da burguesia de novas maneiras de ampliar os lucros, mas junto a isso, na América Latina havia a luta das massas para a ampliação das universidades, ocorrendo assim em meio ao regime ditatorial. Após o período de maior repressão da ditadura do grande capital e o contestamento deste regime pela população, abre-se espaço para a reorganização dos movimentos sociais, em companhia o Movimento Estudantil de Serviço Social se reorganiza através dos Encontros Nacionais de Estudantes de Serviço Social, que é um dos elementos para a organização do Estatuto e Eleição do Diretório Acadêmico de Serviço Social na UFPE em 1980. Após isso, o processo de construção da entidade não foi linear, passou por processo de mobilização e a partir da metade da década de 1980, passou por um processo de desmobilização.

Palavras-chave: Ditadura; Juventude; Movimento Estudantil; Radicalidade; Serviço Social.

RESUMEN

Este trabajo de fin de curso buscó reconstruir la historia del movimiento estudiantil de Trabajo Social en Pernambuco durante la crisis de la dictadura brasileña. Al mismo tiempo, buscó comprender los procesos políticos que impregnaron al MESS durante esa época en el país y cómo desencadenaron un proceso de desmovilización en el Directorio Académico de Trabajo Social de la Universidad Federal de Pernambuco en medio de la efervescencia de los movimientos sociales en lucha por la redemocratización. Al mismo tiempo, se identificaron los procesos de cultura política y movilización por los que estaban pasando los estudiantes de Trabajo Social de la UFPE. Para alcanzar los objetivos de esta investigación, los procesos metodológicos utilizados fueron la investigación exploratoria y el análisis documental, dado el origen de las principales fuentes utilizadas para este trabajo, que no habían recibido ningún tratamiento analítico, como el uso de las TCC por parte de los estudiantes del curso de Trabajo Social de la UFPE, que, debido a la falta de otras fuentes, garantizan datos ricos para la investigación. Así, utilizamos la teoría marxista como principio teórico-metodológico, por considerar que esta forma de análisis utiliza conceptos clave para comprender la realidad de la sociedad como un todo, como el concepto de totalidad, analizando los objetos de forma exhaustiva. Se constató que los jóvenes utilizan el radicalismo para luchar contra la explotación capitalista y que, mientras están en las escuelas o universidades, participan activamente en el movimiento estudiantil, no sólo en la lucha por mejores condiciones educativas, sino también en la lucha sindical y en otros movimientos sociales. Como resultado, hubo un proceso de cambio en el sistema educativo en Europa debido a la necesidad de la burguesía de nuevas formas de aumentar sus ganancias, pero junto con esto, en América Latina hubo una lucha de las masas por la expansión de las universidades, que tuvo lugar en medio del régimen dictatorial. Después del período de mayor represión de la dictadura del gran capital y de la contestación de este régimen por la población, se abrió espacio para la reorganización de los movimientos sociales, en compañía del Movimiento Estudiantil de Trabajo Social, que se reorganizó a través de los Encuentros Nacionales de Estudiantes de Trabajo Social, que fue uno de los elementos para la organización del Estatuto y Elección del Directorio Académico de Trabajo Social en la UFPE en 1980. Después de eso, el proceso de construcción de la organización no fue lineal, pasó por un proceso de movilización y desmovilización, y a mediados de la década de 1980 pasó por un proceso de desmovilización.

Palabras clave: Dictadura; Juventud; Movimiento Estudiantil; Radicalismo; Trabajo Social.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| INTRODUÇÃO | 9 |
| 1 - "DESOBEDIÊNCIA ÀS ORDENS DE SUA EXCELÊNCIA QUE PODEM NOS DESTRUIR": A RADICALIDADE DA JUVENTUDE FRENTE ÀS MUDANÇAS NO SISTEMA CAPITALISTA | 14 |
| 1.1 A radicalidade da juventude como produto do capitalismo..... | 14 |
| 1.2 O sistema educacional e a tecnificação do ensino superior..... | 20 |
| 1.3 Condicionantes para a reorganização das lutas..... | 25 |
| 2 - "SE FOR PRA NÓS VIVER POR ISSO, EU PREFIRO MORRER PELO QUE EU ACREDITO": O MOVIMENTO ESTUDANTIL DE SERVIÇO SOCIAL EM MEIO À DITADURA DO GRANDE CAPITAL | 37 |
| 2.1 1964-1968: O início da repressão e a combatividade das lutas sociais..... | 37 |
| 2.2 1968-1978: Bloqueio e paralisação do DASS-UFPE e MESS..... | 43 |
| 2.3. 1979-1981: Reativação da mobilização e reconstrução do DASS-UFPE..... | 48 |
| 2.4 1982-1985: Lento e gradativo processo de desmobilização..... | 58 |
| 3 - CONSIDERAÇÕES FINAIS | 62 |
| REFERÊNCIAS | 67 |
| ANEXOS | 70 |

INTRODUÇÃO

O tema do presente estudo é o Movimento Estudantil de Serviço Social em Pernambuco na década de 1980. O movimento estudantil, enquanto movimento social, atua articulando as lutas e demandas dos estudantes, principalmente após a mudança gradativa do perfil estudantil que ocorre nas universidades depois da segunda guerra mundial, em um trabalho de reorganização da burguesia internacional. A partir disso, com uma mínima parte da classe trabalhadora adentrando as universidades, o movimento estudantil começa a tecer reivindicações junto à classe trabalhadora.

Há muito que se debate sobre a relação da juventude com uma “rebeldia”, que muitas vezes é estudada de maneira que não se relaciona com as condições sociais desta população. Junto a isso, os estudos da radicalidade da juventude percebem a atuação nos movimentos sociais por essa população, na busca de melhoria de vida. Assim, sendo explicado por ter o primeiro contato com a realidade da classe trabalhadora e a questão das explorações impostas pelo capitalismo. O Movimento estudantil é um dos primeiros movimentos sociais que a juventude tem contato visto que tem como ator principal esta população.

Dessa forma, as estudantes de Serviço Social em 1980, atuaram no Movimento Estudantil de Serviço Social, pela redemocratização do país e pelo fim do regime ditatorial, visto que a ditadura do grande capital foi o momento da *contrarrevolução preventiva* (Netto, 2014). Caracterizando tanto o golpe de 1964 que pôs um novo regime para o Brasil, mas também as outras ditaduras que ocorriam, principalmente, na América Latina. O apoio dos Estados Unidos foi crucial para a organização e para difundir o regime, mas para além disso, foi a organização da burguesia brasileira que esteve à frente da luta de classes desta época. Com isso, a ditadura utilizou-se do Estado terrorista (Netto, 2014) para construir-se política, econômica e socialmente. Na economia, ocorre o “milagre econômico” que trata de uma política majoritariamente de utilização de ofertas de capital internacional, que foi utilizado para expansão do capitalismo brasileiro.

O movimento estudantil sempre representou uma força social dinâmica e ativa em face da luta de classes no país, podendo alimentar a mobilização de massas em

momentos decisivos da história. Não casualmente, uma das primeiras ações do governo militar, ao tomar o poder em 1964, consistiu em um ataque violento à sede da União Nacional dos Estudantes (UNE), com depredação e incêndio no Rio de Janeiro em 1º de abril. No mesmo momento em que isso ocorria, em Pernambuco os estudantes ocuparam as ruas contra o golpe e em apoio ao governo de Miguel Arraes, que havia sido eleito democraticamente e representava um setor mais progressista. Neste mesmo ato, ocorrendo a repressão do exército, sendo realizado disparos contra os estudantes, ocasionando em vários feridos e dois mortos: Ivan Rocha Aguiar e Jonas José de Albuquerque Barros.

Em novembro de 1964, é sancionada a Lei Suplicy de Lacerda e o Decreto de Lei nº 288, que proibia o funcionamento de todas as entidades de representação estudantil então atuantes, e instalava um novo sistema de entidades e direções, ligadas ao regime ou associadas à alas estudantis de direita. Em seu Trabalho de Conclusão de Curso, Andrade e Lima (1985) realizam entrevistas com estudantes que participaram do movimento estudantil nessa época. O relato das estudantes de Pernambuco, atuantes entre as décadas de 1964 e 1968, revela como a significativa atuação da polícia nos atos de rua buscava reprimir a resistência na capital do estado. Semanalmente, o movimento estudantil, de diversas instituições, realizava assembleias gerais e atos. Naquele momento, ainda não havia um campus centralizado da UFPE, ocasionando certa pulverização com a maioria das Escolas superiores situadas no centro da cidade, porém distantes umas das outras.

No início da década de 1970, a Escola de Serviço Social de Pernambuco é incorporada à UFPE, num contexto em que as universidades passavam por uma grande repressão institucional. Na segunda metade desta década, ocorreu o despertar da reorganização dos movimentos sociais e dos trabalhadores. Em 1979, ocorre a saída da UNE e União dos Estudantes de Pernambuco da ilegalidade, verificam-se eleições para o Diretório Central dos Estudantes-UFPE, num momento de luta pela anistia geral e abertura política. Na UFPE, as atividades do Diretório Acadêmico de Serviço Social ainda não haviam sido retomadas, apenas começavam a ocorrer algumas movimentações em salas, especialmente nas turmas dos períodos iniciais do curso (Novais, 1982).

Este trabalho auxilia para a compreensão do Movimento Estudantil de Serviço Social em Pernambuco. Antes deste existindo apenas quatro outros estudos na

UFPE sobre a temática (Falcão, 1981; Novais, 1982; Andrade e Lima, 1985; Montalvão, 2022), assim percebe-se a necessidade de debates sobre o MESS, mas também a importância da sua reconstrução histórica, e a importância de sua relação com a formação profissional das estudantes.

O estudo tem como objetivo principal a compreensão histórica das determinações e tendências inerentes à trajetória do Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS) em Pernambuco na década de 1980. Dessa forma, visando a reconstrução histórica dos processos vivenciados pelo MESS nesta década. Assim, como temos três objetivos específicos: 1) Caracterizar o conjunto das estratégias e forças políticas que buscavam construir e lutar pela direção do Diretório Acadêmico de Serviço Social (DASS) da Universidade Federal de Pernambuco nos anos 1980; II) Apreender a participação de estudantes e DASS do Curso de Serviço Social nos processos de luta e nas mobilizações deflagradas na universidade e na sociedade na referida década; III) Identificar a cultura política dominante entre o corpo estudantil de Serviço Social que compunha a base do movimento de estudantes na UFPE na década de 1980.

O presente estudo pode ser classificado, segundo Gil (1987), como uma pesquisa exploratória, devido à busca de uma maior explicitação do tema, no caso o movimento estudantil de Serviço Social de Pernambuco na década de 1980. Considerando a utilização dos procedimentos metodológicos e dos materiais empíricos, o estudo molda-se como uma pesquisa documental. Segundo Gil (1987), a pesquisa documental assemelha-se à pesquisa bibliográfica, entretanto é utilizada como dados principais, fontes que ainda não receberam nenhum trato analítico ou fontes que já foram utilizadas mas que estão sujeitas a uma reelaboração ou uma nova interpretação.

Para a análise documental, a pesquisa possui como corpus central fontes documentais correspondentes às monografias produzidas pelas/os discentes do curso de Serviço Social sobre o tema do movimento estudantil de Serviço Social, como documento da memória; além de possíveis informações secundárias encontradas no acervo do Departamento de Serviço Social e do Diretório Acadêmico de Serviço Social da UFPE. Segundo Gil (1987, p. 158): “[...] não só apenas as pessoas vivas que constituem fontes de dados. Muitos dados importantes na pesquisa social provém de fontes de ‘papel’: arquivos históricos, registros

estatísticos, diários, biografias, jornais, revistas etc.”. Logo, devido à escassez de pesquisas acerca da temática, tais fontes concedem dados ricos que contribuem com a realização da pesquisa, proporcionando uma investigação mais aprofundada acerca da problemática.

A pesquisa foi desenvolvida seguindo os princípios teórico-metodológicos da teoria marxista, por utilizar-se da historicidade e da leitura da totalidade das condições socioeconômicas e das relações sociais, a partir da dialética, trabalha a mutabilidade social e conjuntamente as movimentações da sociedade de classes e suas relações sociais (Minayo, 2016). Dessa forma, busca-se de forma exaustiva analisar os objetos para entender suas determinações concretas.

A aproximação com a temática aqui debatida, ocorreu principalmente pela minha própria atuação no movimento estudantil e no movimento estudantil de Serviço Social, mas também pelo processo da Iniciação Científica, na qual realizei entre 2022-2023, com a mesma temática. Desde 2019, ano que ingresso na UFPE, após duas semanas do início do período, entro para a disputa do Diretório Acadêmico de Serviço Social - UFPE, com a chapa vencedora intitulada *Marielle Franco* em homenagem a vereadora do Rio de Janeiro brutalmente assassinada. Em 2020 componho o Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFPE pela gestão *Eu Defendo a UFPE*. Em 2021 faço parte da comissão gestora da Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social da Região 2. A partir de 2022 até os momentos que escrevo este estudo faço parte da minha segunda gestão do DASS-UFPE intitulada *Marylucia Mesquita* e militando da União da Juventude Comunista (UJC). Dessa forma, minha trajetória enquanto militante do movimento estudantil condicionou a pesquisa sobre este movimento, junto às pesquisas que o projeto de extensão *Memória e História do Serviço Social em Pernambuco* (MEHSSPE) vinha produzindo, calhou para a realização deste estudo.

Este trabalho de conclusão de curso está dividido em dois capítulos. O primeiro, buscamos fazer uma análise teórica dos condicionantes para atuação do MESS, assim observando os estudos que analisam a radicalidade da juventude e segundo isso o que seria a chama para que esta população fosse protagonista em várias disputas da luta de classes na sociedade capitalista, atuando especialmente no movimento estudantil. Para além disso, uma análise conjuntural da situação econômica-política-social do momento histórico pesquisado e a efervescência dos

movimentos sociais na luta pela redemocratização. Já o segundo capítulo aborda a reconstrução histórica do MESS, tanto nacionalmente como regionalmente, a relação dos movimentos sociais, partidos e organizações políticas na disputa do DASS-UFPE e do MESS em Pernambuco. Junto a isto, os processos de reconstrução do DASS-UFPE, mas também sua gradativa desmobilização em meio a expansão da retomada democratizante.

1 - "DESOBEDIÊNCIA ÀS ORDENS DE SUA EXCELÊNCIA QUE PODEM NOS DESTRUIR": A RADICALIDADE DA JUVENTUDE FRENTE ÀS MUDANÇAS NO SISTEMA CAPITALISTA

1.1 A radicalidade da juventude como produto do capitalismo

Neste capítulo, pretendemos debater sobre a relação da juventude com as formas de radicalidade que ocorrem diante da tomada de consciência desta população. Diante disso, buscaremos analisar as obras de autores que abordam a temática, como Lênin (1903, 2015), Ianni (1968), Mandel (1982) e Marini (1970) e as abordagens teóricas que são levantadas para sustentar as teses de como a juventude se propõe a ser radical. Inicialmente, analisaremos as abordagens teóricas buscando relacionar umas às outras, evidenciando a leitura do marxismo da juventude visto sua perspectiva ampla das condições sociais. Associando as análises das teorias da juventude radical, conduzimos ao estudo da atuação da juventude no Movimento Estudantil (ME) e sua capacidade de mobilização e de mudanças sociais. Logo após, analisando a questão da ditadura do grande capital¹ e como impactou para o ME e os movimentos sociais.

Dessa maneira, a forma como o modo de produção capitalista adentra nas sociedades e constrói suas formas de opressão e exploração da população, faz com que, principalmente, a população jovem tome a frente da expressão dos sentimentos sociais. Ianni (1968) faz uma análise diante da construção do jovem radical, porém importante ser pontuado que é feita apenas aos jovens da classe média e da burguesia². Dessa forma, Ianni (1968) traz as análises sobre a radicalidade da juventude a partir dos pensadores Freud, Eisenstadt, Mannheim e Jean-Paul Sartre, entretanto suas teorias possuem uma percepção a-histórica ou não analisam utilizando a totalidade dos fatores sociais.

O sociólogo israelense Eisenstadt, constrói suas interpretações frente ao estudo das relações das famílias e das relações sociais, assim, definindo o

¹ Expressão utilizada por Octavio Ianni, que exprime o teor de organização da burguesia nacional e internacional para a tomada do poder de 1964.

² É necessário destacar que a análise feita por Ianni (1968) restringe-se à leitura de uma parte da população jovem, que necessariamente não demonstra o entendimento da realidade da juventude proletária. Embora a juventude da classe média tenha suas bases no assalariamento, a juventude do proletariado perpassa por situações de vulnerabilidade, de vivências, diferentes. Por isso, esta análise não contempla e também não explica a realidade e as possíveis causas da radicalidade da juventude proletária.

comportamento da juventude. Segundo o autor, a radicalização ocorre por uma crise de idade social, entendendo que:

[...] Dentre os “fatores” a serem considerados na deflagração da crise de ajustamento estariam: a guerra ou convulsões sociais, o trabalho dos pais fora o lar, a mobilidade social, a subcultura delinquente, a atração exercida pelas ideologias partidárias ou religiosas, as contradições entre os valores correntes nos grupos primários e aqueles dos grupos secundários, as mudanças sociais repentinas, a discriminação racial etc (Ianni, 1968, p. 227).

Diante disso, é colocado que existe uma forma de “repasso” da estrutura social e da família para o indivíduo, impondo como deveriam se portar dentro da sociedade. Caso o jovem concorde com as relações sociais e da família, se utilizará desta, caso não concorde, é posto no local de “inconformidade social” sendo justificável pelo autor como a crise de idade social. Perceptível que Eisenstadt, faz uma análise superficial, visto que são apenas a expressão de relações sociais postas pelo modo de produção capitalista, mas que também, reduz a questão da inconformidade da juventude ao determinismo destes fatores que o mesmo cita (Ianni, 1968).

Dessa forma, para além dos determinantes apresentados por Eisenstadt, Freud e Mannheim, em suas teorias, levantam a questão psicossocial relacionada como o principal fator para a revolta juvenil ser a relação antagonista entre pais e filhos.

Freud relaciona a expressão da libido como sentimento da revolta contra os pais, entendendo a partir da alienação filial entre a filha e a mãe, o filho e o pai:

Em consequência, a alienação seria o resultado de uma relação dialética, quando se dá a canalização da libido filial na direção do progenitor do outro sexo. O filho se afasta, hostiliza e nega o pai em decorrência da orientação de sua libido no sentido da mãe. E inversamente se comporta a filha (Ianni, 1968, p. 229).

Então, entende-se que a orientação da libido direciona a revolta do filho contra o pai pelo desejo da mãe, ocorrendo da mesma forma inversamente com a filha, sendo isso o estopim para a sua insubordinação. Freud cita que o início da relação do jovem com a sociedade se dá após separar-se de seus genitores, deixando de ser criança (Ianni, 1968, p. 229).

Seguindo o mesmo raciocínio e utilizando elementos da psicologia porém com o foco maior na sociologia, Mannheim relata que o problema da adolescência está entre o desejo de independência e a relação de dependência com os pais

(Mannheim, 1957, p. 30 *Apud* Ianni, 1968, p. 229). Analisando, assim, a partir da relação entre pais e filhos, o autor entende que a transferência de libido, e a relação entre pais e filhos, é importante para transpor os sentimentos para as relações da sociedade. Dessa maneira, o jovem passaria de criança para a juventude enquanto um ser fora das relações da sociedade, de maneira completamente a-histórica.

O fator especial que faz o adolescente o mais importante elemento para um novo curso da sociedade é que ele (ou ela) não toma a ordem estabelecida como privilegiada e não tem interesses implicados, seja no nível econômico, seja no espiritual (Mannheim, 1957, p. 35-36 *Apud* Ianni, 1968, p. 232).

Com isso, o autor exclui toda e qualquer construção social, até então, pelo adolescente tornando-o um ser vazio, ignorando as formas de sociabilidade já vivenciadas visto que a própria família se constitui como o primeiro local dessa criança/adolescente.

Jean-Paul Sartre vai de encontro aos autores já citados, visto que analisa a radicalidade das juventudes dos países colonizados de forma sócio-cultural, relacionando a vivência com as relações políticas, econômicas e sociais e a realidade da estrutura demográfica. O autor traz o relato da relação ocorrida entre a juventude e a população mais velha na situação pré-revolucionária em Cuba, onde os jovens percebem que a situação do desemprego no país está relacionada com o capitalismo e não apenas com a juventude. Com isso, constrói-se uma revolta diante das condições sócio-econômicas, mas também uma revolta contra a população mais velha por não se mobilizar diante da crise do desemprego. Diante disso, o autor diz que a mudança nas configurações da estrutura demográfica é colocada como premissa para a transformação social.

A partir do momento em que o jovem entende o que é imposto pelo capitalismo e suas formas de exploração contra a classe trabalhadora e percebe as formas de alienação que sofrem é entendido enquanto revolucionário.

[...] O jovem envolvido ou em vias de envolver-se no processo de produção como força de trabalho passa a enfrentar condições de existência criadoras, produzindo-se a elaboração de uma consciência social nova, às vezes globalizadora. É que se estruturou uma situação definida basicamente pela condição de produtor e oprimido, propiciando o comportamento revolucionário (Ianni, 1968, p. 235).

A luta contra o processo de alienação colocado enquanto o movimento de radicalização da juventude, mas que para além de tomar consciência, a luta coletiva transforma e amplia o entendimento deste processo.

A radicalização, entretanto, pode ocorrer por processos distintos, a depender das condições e vivências sociais de determinada classe. Diante do exposto, Ianni (1968) diz que as vias para a radicalização ocorrem entre a esquerda e a direita, porém especialmente a radicalização para a direita busca ampliar a alienação capitalista, considerando que a maior parte da população é classe trabalhadora. “Como vemos, o jovem radical é um produto natural do sistema social em que se encontra imerso” (Ianni, 1968, p. 238). Dessa forma, a radicalização para a esquerda ocorre pelo entendimento de como o modo de produção capitalista atua, visto o primeiro contato como classe trabalhadora.

A distinção entre classes, também, define a radicalização da juventude, conhecido que raras vezes ocorre consciência de classe dentro da burguesia. Um exemplo da radicalização para a direita, são as juventudes que se organizaram junto aos ideais do nazismo e fascismo na Europa, após 1920, que de maneira geral foram cooptadas diante da crise política, econômica e social que parte o continente estava passando. O Nazifascismo se utilizou da fragilidade da população para aparecer como uma saída “revolucionária” (Ianni, 1968, p. 238). Já a radicalização de esquerda, ocorre principalmente perante a consciência da exploração sofrida no capitalismo.

Para Lenin (1903), a juventude não se constitui de forma homogênea, nos seus escritos intitulado “As Tarefas Da Juventude Revolucionária”, nos traz algumas discussões que ocorreram diante uma publicação do jornal de estudantes revolucionários em 1903, o Student. Desta maneira, foram levantadas algumas questões diante da organização dos estudantes e principalmente como esses coletivos (partidos, juventudes) agiam e sua atuação política.

Dessa forma, Lenin (1903) relata acerca da crescente ideologia burguesa-liberal dentro da Rússia, mas também, a forma oportunista para cooptar os estudantes e trabalhadores. Com isso, os partidos social-democratas isolavam os estudantes das questões da classe, mas também política-econômica, por isso escreveu:

E em primeiro lugar, estão a ver, é preciso fechar os olhos ao facto de que os estudantes não estão cortados do resto da sociedade e por isso reflectem sempre e inevitavelmente todo o agrupamento político da sociedade (Lenin, 1903, p. 9).

Para além disso, dividia-se os estudantes em seis partes:

Verifica-se que entre os estudantes actuais existem seis grupos políticos: reaccionários, indiferentes, academistas, liberais, socialistas-revolucionários e sociais-democratas(Lenin, 1986, p. 4).

Segundo Lenin (1903), esta separação é errada, por entender que a social-democracia ampliava a ideia de desunião das classes, mas que também, essa divisão não “corresponde à divisão de classes da sociedade russa” (Lenin, 1986, p.5), não sendo fiel como a sociedade de classes na Rússia se estruturava. Por isso, a organização dos estudantes deve estar relacionada com toda a política da sociedade de classes, visto que os estudantes estão inseridos nessa sociedade. Com isso, Lénin (1903, p. 17) pontua:

O agrupamento político dos estudantes não pode deixar de reflectir o agrupamento político de toda a sociedade, e o dever de todo o socialista é esforçar-se por conseguir a demarcação mais consciente e consequente possível de grupos politicamente diversos. O apelo aos estudantes feito pelo partido dos socialistas-revolucionários no sentido de proclamar a sua solidariedade com o movimento político geral e abstrair inteiramente das discórdias de fracções no campo revolucionário não é no fundo senão uma exortação a andar para trás, do ponto de vista socialista para o ponto de vista democrático-burguês. Não há nisto nada de surpreendente, pois o partido dos socialistas-revolucionários é apenas uma fracção da democracia burguesa na Rússia. A ruptura de um estudante social-democrata com os revolucionários e políticos de todas as outras tendências não significa de modo nenhum a ruptura das organizações estudantis gerais e educativas; pelo contrário, só adaptando o ponto de vista de um programa perfeitamente definido se pode e deve trabalhar nos mais amplos círculos de estudantes para alargar o horizonte académico e para fazer propaganda do socialismo científico, isto é, do marxismo.

Constata-se que a divisão da classe trabalhadora implica diretamente no entendimento de classe, consequentemente, de como a juventude, mais especificamente os estudantes, irão construir a política revolucionária. Relaciona-se com o entendimento de Ianni (1968, p. 239) sobre a não radicalização da juventude:

Por outro lado, há aqueles que entram no período da adolescência sem apresentar qualquer tendência a desenvolver uma atuação política radical. [...] Em consequência do modo pelo qual são apanhados no processo de socialização, ou melhor, particularmente devido aos mecanismos de controle da “sociedade adulta”, uma grande parte da juventude não apreende, sob nenhuma forma, as contradições fundamentais do sistema social.

Percebe-se então que parte dos jovens não se radicaliza por causa da dificuldade de obter a consciência de classe. Ao iniciar enquanto trabalhador, o jovem se defronta com a exploração da sua mão de obra barata, mas que ao vender sua mão de obra não se vê no que produziu durante seu tempo de trabalho. Percebendo que na maior parte das vezes o resultado do que é produzido não é feito para ser consumido pelo próprio trabalhador. Dessa forma, a separação do

trabalhador e o ato produtivo também gera a alienação, visto que não há um reconhecimento do trabalhador neste produto, apenas ocorrendo pelo produto do trabalho pertencer a outro e não ao trabalhador (Marx, 2002, p. 119).

Segundo Lênin (2015), para a construção de uma sociedade comunista, sem classes, é necessário que os trabalhadores tenham consciência de classe, mais especificamente a juventude, visto que é a ela que está incubida a tarefa de criar a sociedade comunista:

Devemos deter-nos tanto mais nesta questão quanto se pode dizer, em certo sentido, que é precisamente à juventude que incumbe a verdadeira tarefa de criar a sociedade comunista. Porque é evidente que a geração de militantes educada na sociedade capitalista pode, no melhor dos casos, realizar a tarefa de destruir as bases do velho modo de vida capitalista baseado na exploração. No melhor dos casos poderá realizar a tarefa de criar um regime social que ajude o proletariado e as classes trabalhadoras a conservar o poder nas suas mãos e a criar uma sólida base, sobre a qual só poderá edificar a geração que começa a trabalhar já em condições novas, numa situação em que não existem relações de exploração entre os homens (Lenin, 2015, p. 12).

Neste texto, Lenin (2015) faz um discurso no *III Congresso das Juventudes Comunistas* em 1920. O principal aspecto é que o congresso ocorre após alguns anos da tomada do poder pelos bolcheviques e ainda sofre com a tentativa de contrarrevolução pela burguesia nacional e internacional. Dessa forma, é citado que o principal aspecto da tarefa das juventudes, não só comunistas mas a juventude nacional, é a construção de uma nova forma de educação dentro da sociedade socialista.

Diante disso, o dirigente Soviético faz a análise entendendo que a construção educacional e de militante das pessoas que nasceram numa sociedade capitalista é diferente de quem já nasce e é educado em uma sociedade socialista, entendendo que, mesmo que se compreenda enquanto militante comunista, as bases da sociedade capitalista, de uma forma ou de outra ainda estão no intelecto. Já a tarefa da juventude que nasce em uma nova sociedade é de construção da mesma, mas também, a transformação radical de todos os aspectos da sociabilidade, principalmente da educação das gerações futuras, pois é a partir disso que ocorrerá a ruptura com a velha escola capitalista (Lenin, 2015, p. 12).

Para além disso, essa construção deve ocorrer além de decorar os assuntos ou apenas o estudo livresco, como na escola capitalista, mas a realização de junção de teoria e prática, construindo a práxis marxista, o que se dá também na

construção da juventude comunista:

Os nossos discursos e artigos de agora não são uma simples repetição daquilo que se disse antes sobre o comunismo, pois os nossos discursos e artigos estão ligados ao nosso trabalho quotidiano e multilateral. Sem trabalho, sem luta, o conhecimento livresco do comunismo, adquirido em brochuras e obras comunistas, não vale absolutamente nada, porque prolongaria o antigo divórcio entre a teoria e a prática, esse antigo divórcio que constituía o mais repugnante traço da velha sociedade burguesa (Lenin, 2015, p. 15).

Dessa maneira, visando a construção da juventude comunista, para além de seguir as palavras e conhecimentos já existentes, mas de formar militantes que consigam atuar de maneira que relacione os debates teóricos com a vivência e os anseios do proletariado.

Esta mudança nas escolas e na educação da população se dá perante as formas de como o capitalismo se utiliza das escolas, para produzir cada vez mais trabalhadores de forma tecnicista e que não impulsiona a massa da classe para um pensamento crítico, bem como é citado:

Como é natural, toda a velha escola, estando inteiramente impregnada de espírito de classe, só dava conhecimentos aos filhos da burguesia. Nessas escolas, a jovem geração de operários e camponeses não era tanto educada como treinada no interesse dessa mesma burguesia. Educavam-nos para preparar para ela servidores úteis, capazes de lhe dar lucros, e que ao mesmo tempo não perturbassem a sua tranquilidade e ociosidade. Por isso, ao rejeitar a velha escola, propusemo-nos a tarefa de tomar dela apenas aquilo que nos é necessário para conseguir uma verdadeira formação comunista (Lenin, 2015, p. 16).

Ponto importante desta escrita, é o entendimento da dialética nessa construção de uma nova escola. O necessário se dá para pegarmos o que é de interesse da nova sociedade socialista e descartar a ideologia liberal da antiga escola, dessa forma transformando-as com as roupagens da classe trabalhadora.

1.2 O sistema educacional e a tecnificação do ensino superior

O debate até aqui nos mostra a relação da construção do entendimento sobre a ideia do jovem radical e a implicação das relações sociais para a posição da radicalidade. Lenin (1903) cita que o processo de alienação do modo de produção capitalista faz com que a população não se radicalize, entretanto, parte da juventude percebe as formas de exploração do MPC e se organiza na luta coletiva. Dessa forma, daqui em diante debateremos sobre como o capitalismo atua para a modificação do sistema educacional, em específico do ensino superior, para um processo de tecnificação das universidades e das profissões. Junto a isto, a forma

como incide na América Latina, em especial no Brasil.

Inicialmente, Mandel (1982) em seu livro *Capitalismo Tardio* fala que a universidade, de primeiro modo, foi o local destinado apenas para os filhos da burguesia e pequeno-burguesia, mas também a classe trabalhadora urbana mais favorecida.

Esta forma de universidade visava a perpetuação da ciência nas mãos da burguesia e a sua qualificação restrita a esta classe, porém foi após a segunda guerra mundial e as mudanças do capitalismo que a universidade tomou um novo rumo:

O rápido crescimento da pesquisa e do desenvolvimento [pós segunda guerra] criou um vasto acréscimo na demanda de força de trabalho intelectual altamente qualificada. Daí a “explosão da universidade”, que, por sua vez, é acompanhada por uma vasta oferta de candidatos (aprendizes) à força de trabalho intelectualmente treinada, o que pode ser explicado pelo padrão mais alto de vida e pela promoção social individual a ele associada (Mandel, 1982, p. 182).

Devido a esta situação, os estudantes não sentiam a necessidade de revoltar-se contra as condições da sociedade, após algumas modificações e luta dos trabalhadores, parte da classe trabalhadora começa a adentrar a passos lentos nas universidades. A estrutura que a universidade toma a partir dessa ampliação da ciência e tecnologia, ocorre devido às necessidades que a burguesia impõe na sociedade, entretanto a necessidade da burguesia não é de ampliar o pensamento crítico para a massa de trabalhadores, mas sim de trabalhadores qualificados em determinada área para cumprir apenas tarefas específicas (Mandel, 1982, p. 184).

Desse modo, para o capitalismo tardio ampliar o ensino e a qualificação para os trabalhadores é resultado da organização da burguesia para o aumento dos seus lucros. Visto que a forma de como ocorre a ampliação é transformando estes trabalhos em mercadorias, cada vez mais rebaixados para o assalariamento, para que apenas ocorra a reprodução social.

Mandel (1982) cita a posição social entre os trabalhadores que são qualificados e que são movidos pelos interesses da burguesia empresarial, ocorrendo uma pré-condição de desempenho da função no local de trabalho, que estando distanciados do processo de produção e reprodução da classe, tendem a reproduzir os interesses burgueses. Já a classe trabalhadora qualificada que está diretamente ligada com o processo de produção e reprodução tende a alinhar-se

com os interesses da classe trabalhadora. Por conseguinte, é abordado a forma de educação falha e anticientífica que não desperta a consciência de classe desses trabalhadores, assim utilizado como uma das pautas para a revolta estudantil.

Dessa forma, o autor brasileiro, Marini (1970), que é um dos precursores da Teoria da Dependência, que analisa a relação capitalista entre o capitalismo central e a periferia, analisa a diferenciação entre a expansão do sistema educacional europeu e da América Latina. Na Europa, o autor identifica o processo da educação relacionada com a expansão capitalista, que

Por um lado, a estreita correlação que se pode observar entre expansão e diversificação do sistema educativo e, por outro, o processo de industrialização e de urbanização, refletem um desenvolvimento capitalista em si coerente (Marini, 1970, p. 3).

Como citado por Mandel (1982), a expansão do sistema educacional esteve diretamente relacionada com os interesses da burguesia, visando a ampliação dos seus lucros, entretanto na América Latina o processo também visava o aumento dos lucros porém, foi diferente e de certo modo desenfreado e desorganizado.

O fenômeno latino-americano é muito diferente. Em regra geral, pode-se afirmar que a formação e o aumento do sistema educativo estão em estreita relação com o processo de urbanização, mas, na medida em que esta urbanização se desenvolve de uma maneira nitidamente autônoma em relação à industrialização, a evolução do sistema educativo tende a se tornar uma variável independente no quadro do desenvolvimento das forças de produção (Marini, 1970, p. 3).

Diante disso, o que se vê na América Latina é o processo de saída do campo para a cidade, a partir da década de 1930, considerando o início de uma industrialização tardia nestes países. Com esse grande processo, as cidades não conseguiam suportar o aumento da população, entendendo também que não existia uma organização para a expansão urbana. Junto a isto, as indústrias não conseguiriam suportar a quantidade de pessoas para o trabalho, ocorrendo assim as marginalizações da população.

Segundo Marini (1970), a expansão do sistema educacional na América Latina ocorre, pela pressão das massas urbanas, em específico a classe média urbana, para que consigam adentrar ao sistema produtivo. O que mostra uma estranheza, em associação a construção da expansão na Europa, é a pouca relação com as exigências econômicas, mas focado no caráter político que essa expansão traria.

No Brasil, o que ocorreu após o golpe militar de 1964, foi a expansão do sistema educacional privado, sobretudo pelo acordo feito com a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID). Dessa forma, era proposto o desfinanciamento público para com as universidades públicas, conduzindo a ampliação do setor privado para financiar o setor educacional. Ocorrendo não só no Brasil, mas em países como México e Argentina, que utilizavam do discurso de baixo orçamento para entregar suas universidades nas mãos do empresariado da educação (Marini, 1970, p. 6). O ponto primordial para que todos, ou partes, desses projetos não conseguirem seguir o pleno curso nesses países foi a ação dos movimento estudantil, embora com dificuldades, visto que neste momento considerando a dificuldade de organização estudantil, visto que essas ações ocorriam na década de 1960, onde grande parte dos países da América latina estavam passando por ditaduras empresariais-militares.

É dessa forma, que Marini (1970) entende que o movimento estudantil atua para além das questões educacionais, por compreender a necessidade de uma luta antissistêmica:

Engajados em um processo de formação que ameaça fazê-lo desembocar na proletarização e no desemprego, o estudante latino-americano aos poucos toma consciência do fato de que suas reivindicações universitárias não podem encontrar soluções no quadro econômico em que vive e que, mesmo se satisfeitas algumas demandas, não resolveriam sua problemática profissional. A luta por uma mudança estrutural se impõe ao estudante como uma necessidade e o leva a ocupar cada vez mais firmemente o terreno da luta de classes (Marini, 1970, p. 8).

É perante isto que Mandel (1982, p. 185) fala sobre a revolta estudantil:

Quanto mais fragmentado se tornar o trabalho e a qualificação intelectual, tanto maior será a absorção da educação universitária alienante pelo trabalho intelectual alienado, subordinado ao capital, no âmbito do processo total de produção do capitalismo tardio. Essa é a base sócio-econômica subjacente à difusão da revolta estudantil no capitalismo tardio, e a prova de sua tendência objetivamente anticapitalista.

Sendo visto, assim, que a ampliação da ciência e tecnologia aumenta as chances de entendimento do processo alienante do trabalho no capitalismo, por isso que os autores percebem que o movimento estudantil, unido às mobilizações dos trabalhadores com um caráter radical, atuam nessa tomada da consciência de classe. No Brasil, a atuação do movimento estudantil na década de 1960 foi extremamente importante, visto que já vinham em organização de maneira nacional,

a partir da União Nacional dos Estudantes do Brasil (UNEB), sendo estratégico perante a atuação dos militares.

Entende-se que o movimento estudantil começa a ter um caráter massivo junto à atuação dos trabalhadores na América Latina, visto principalmente o aumento do setor educacional. Essa mudança de característica do movimento estudantil o faz modificar sua organização, por entender que não só tinha apenas um único grupo social que atuava no movimento, mas uma pluralidade, ainda que pequena, dentro das universidades. Modificando a atuação de vanguarda e pondo-lhe a tarefa de conduzir as massas a mobilização e de lhe dar direção política frente a atuação, visto os fatores que conduziram os estudantes à radicalidade (Marini,1970,p. 11).

Dessa maneira, esta direção política mobilizada pela radicalização dos estudantes propõe que

O conteúdo desta direção política, que age dialeticamente na sua capacidade em mobilizar suas bases, não se define abstratamente, mas se estabelece em função dos fatores que conduziram a radicalização dos estudantes ao longo dos últimos anos. É neste sentido que a questão universitária ocupa uma função decisiva. É nela que esta radicalização tem origem. Ela se cristaliza na contradição existente entre a reivindicação das classes médias e populares, que pressionam pela amplificação e melhoria do sistema educativo, e os interesses dos grupos dominantes, que visam a seleção e a limitação orçamentária. Isso revela uma contradição mais geral, a saber, o divórcio entre a tendência natural do sistema econômico, que marginaliza progressivamente setores crescentes da população, e as necessidades das grandes massas no que toca ao emprego e ao consumo, contradição que explica o porquê dos estudantes terem orientado sua ação para o terreno da luta de classe (Marini, 1970, p. 11).

Diante disso, o que está em jogo é a luta de classes, a atuação do movimento estudantil põe-se no meio desta disputa. Como Marini (1970) prossegue, a depender da linha política e dos interesses de classes que o movimento estudantil seguirá, pode-se construir uma mobilização, junto aos outros movimentos sociais de trabalhadores e camponeses, verdadeiramente revolucionária. Segundo Che Guevara, em texto traduzido para o livro *Che Guevara - Política* organizado por Sader (2011), um dos principais dirigentes da majestosa Revolução Cubana em 1959, no texto intitulado *Reforma universitária e revolução*, fala do movimento estudantil após a revolução e a luta contra a contrarrevolução da burguesia no país.

O que eu não sei se já foi dito ou se foi deixado bem claro é que essa luta é o reflexo da luta entre uma classe social que não quer perder seus privilégios e uma nova classe ou o conjunto de classes sociais que estão tentando adquirir seus direitos à cultura. Devemos dizê-lo para alertar todos

os estudantes revolucionários, para que eles possam ver que uma luta desta classe é de modo simples a expressão daquilo que tentamos fazer desaparecer em Cuba, que é a luta de classes; quem se opõe a que um grande número de estudantes de origem humilde adquira os benefícios da cultura está tentando exercer um monopólio de classe sobre esta (Sader, 2011, p. 283).

Dessa forma, a luta do movimento estudantil na América Latina deve se dar pela luta conjunta aos trabalhadores e camponeses, por serem essas massas que serão exploradas pela classe que detém os meios de produção. A luta estudantil, deve estar diretamente ligada a suas bases, fazendo com que as mesmas estejam sempre mobilizadas para a reivindicação das necessidades de sua classe, atuando junto aos trabalhadores para a ampliação da consciência de classe, visando assim a superação do modo de produção capitalista.

1.3 Condicionantes para a reorganização das lutas

Como visto, Marini (1970) relaciona as questões políticas, econômicas e sociais que ocorriam na América Latina como um impulsionador para a luta e reivindicação de direitos pela classe trabalhadora, mais especificamente o movimento estudantil, visto a potência da mobilização das massas. À vista disso, analisaremos daqui em diante que o condicionamento para as reivindicações estudantis e trabalhistas correspondem à luta contra a Ditadura do grande capital, e a atuação da burguesia na educação para a privatização e tecnificação de todo sistema educacional brasileiro. Assim como, todo o modelo econômico-político-social instaurado durante o regime, ampliando a concentração de renda e a desigualdade social no país.

O Assistente Social José Paulo Netto (2005) traz em seu livro intitulado *Ditadura e Serviço Social* o debate sobre as modificações no sistema educacional que a ditadura fez para sustentar seu regime e a queda dos anseios democráticos. Dessa forma, o que o autor traz é destacar em dois momentos a década de 1960 que são decisivos para a alteração das políticas educacionais. Inicialmente, entre 1964 e 1968, um processo de “demonstração” da força e como se portaria o regime nos anos seguintes, com foco para cessar as reivindicações populares acerca das questões democráticas. No segundo momento, entre 1968 e 1969, ocorreram as modificações que o regime colocava enquanto necessárias para construir uma nova forma da política educacional alinhadas ao projeto “modernizador” (Netto, 2005, p. 54).

Netto (2005) segue em convergência com o que Mandel (1982) traz acerca da ampliação do sistema educacional, a partir de uma alta demanda da educação institucional, vinculado à necessidade do trabalho com qualificação e a expansão da urbanização. Dessa forma, para além de uma ampliação da demanda, é também um anseio popular, visto que a população se via animada com as possibilidades de melhoria do novo regime, assim aparecendo como um efeito político-social que traria uma consolidação para a ditadura do grande capital (Netto, 2005, p. 55-56). Junto a isso, o economista e doutor em educação Minto (2011) cita que esse processo de modernização ocorre de maneira forçada conduzida pelos militares e a burguesia brasileira, visando a ampliação capitalista em sua particularidade brasileira, indo de encontro às reivindicações populares. O autor prossegue dizendo que na década de 1960 a pequena-burguesia que organizava a principal proposta de reforma universitária, com maior canalização das forças sociais. Porém, no pré-ditadura as forças de esquerda que melhor construíram essa forma de reforma universitária, exemplo disso são as bandeiras de reivindicação dos congressos da UNE em 1961, 1962, 1963.

Entre 1964 e 1968 o foco da ditadura era desestruturar a forma organizativa dos estudantes e estender suas formas de repressão diante de qualquer proposta ou mobilização feitas. Exemplo claro que Netto (2005) traz sobre a ilegalidade da organização nacional dos estudantes que é a União Nacional dos Estudantes (UNE). O regime não temia, necessariamente, as direções de vanguarda do movimento estudantil, mas sim sua capacidade de mobilização junto aos estudantes:

Os desdobramentos sociopolíticos desse desgarramento, visíveis na ação estudantil, poderiam desbordar enormemente as fronteiras dos estratos sociais diretamente envolvidos. Assim, foi o potencial catalisador do movimento estudantil no seio do bloco antiditatorial, explicitado notadamente no curso de 1967 e 1968, que colocou, para o regime autocrático burguês, a questão educacional como prioritária (Netto, 2005, p. 57).

Dessa forma, como colocado por Marini (1970), o movimento estudantil passa de apenas um aglutinador de organizações de vanguarda para uma construção de movimentos de massas. É nesse momento que a ditadura observa e sente sua atuação por ser um “detonador da ação antiditatorial” (Netto, 2005) e que culminaria em uma ação maior, quando atuando junto aos movimentos sindicais e outros movimentos sociais. Com isso, segundo Netto (2005), o regime identifica que uma movimentação pontual para a modificação da atuação no sistema educacional

poderia retornar à forma anterior, então viu-se a necessidade de fazer uma mudança estrutural na forma de ensino, modificando os “constitutivos e axiais”. Efetivamente, a mudança ocorreu de maneira que:

Transformou, pela primeira vez na história brasileira, o ensino superior num setor para investimentos capitalistas privados extremamente rentáveis - a educação superior, sob autocracia burguesa, transformou-se num “grande negócio” (Netto, 2005, p. 62).

O que ocorreu foi a abertura da educação pública para o mercado privado da educação, com os acordos feitos pelo Ministério da Educação (MEC) e a USAID, já citada³. Sobretudo, as mudanças no Ensino Superior foram desenvolvidas de maneira burocratizada a partir de uma ofensiva mercadológica, ocorrendo diante da reforma universitária a “[...] departamentalização, regime de créditos, instituição do ciclo básico, vestibular unificado, fragmentação do grau acadêmico de graduação, institucionalização da pós-graduação” (Netto, 2005, p. 62), assim construindo a universidade de com impeditivos maiores para que a classe trabalhadora pudesse adentrar. Importa salientar que, segundo Minto (2011), desde os anos de 1930 o interesse da burguesia pelo setor privado da educação já existia, concretizando-se também antes da Ditadura o texto final da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1961, reafirma esse posicionamento.

Para além disso, acontece um esvaziamento e neutralização das universidades, mas também, um foco na dependência dos países imperialistas, como cita Netto (2005, p. 65):

O sistema autocrático burguês teve o seu sistema universitário (como, de fato, todo o sistema educacional) conformado num ensino superior asséptico, apto a produzir quadros qualificados afeitos à racionalidade formal-burocrata. Em larga medida, o regime conseguiu o que pretendia: cortou com os laços vivos, tensos e contraditórios que prendem a universidade ao movimento das classes sociais [...].

Haja vista essas modificações, o que ocorre é a construção da ciência de uma maneira que corresponde aos interesses do mercado capitalista, de modo acrítico, sem a responsabilidade com toda a sociedade. Dessa forma, ocorrem expulsões de pesquisadores que se colocavam, minimamente, enquanto progressistas, existindo também a assimilação de docentes que fossem ligados à política do regime militar.

³ O que demonstra a ampliação do investimento particular no ensino superior é a quantidade de matrículas crescente no país: “Em consequência, a demanda do ensino superior aumentou de modo que o crescimento das matrículas resultou insuficiente diante de uma procura cada vez maior. No período 1964-1968, o número de candidatos às escolas superiores cresceu de 120%, taxa superior à elevação do número de vagas, que foi de 56% no mesmo período.” (Cunha, 1985, p. 238-239 *apud* Netto, 2005, p. 56).

Desta maneira, a universidade se torna o local de aptidão “[...] a produzir profissionais afeitos à lógica formal-burocrática que preside aos ordenamentos tecnocráticos na mesma escala em que modela atores orientados pela irresponsabilidade social do cinismo” (Netto, 2005, p. 67), formando assim cursos e profissionais tecnicantes sem um impulsionamento da pesquisa e senso crítico. Dessa forma, Minto (2011, p. 198) cita que:

Com a reforma, a educação superior ganhou uma fisionomia crescentemente privada e privatista, em dois sentidos gerais: o da formação adequada à expansão da acumulação capitalista (formação de quadros e preparação da FT) e o do caráter mercantil, com a transformação progressiva do ensino em serviço/mercadoria também lucrativos, tornando-se não só funcional ao capital em geral, como aos capitais específicos aplicados nas atividades educacionais.

O que é percebido diante disso, é a expansão de maneira desenfreada das faculdades com foco nos lucros e a ampliação da burguesia da educação no país, colocando em último plano a construção de uma soberania nacional de educação e ciências.

A reforma universitária foi uma das reformas realizadas pelo regime, tendo em vista que precisavam-se destas mudanças para aprofundar o capitalismo no Brasil. Netto (2014) faz uma análise, no seu livro *Pequena História da Ditadura Militar*, do que ficou conhecido como o “milagre econômico” da ditadura. Dessa forma, o que ocorreu foi a ampla atuação do Estado visando sua relação com a burguesia, principalmente a burguesia internacional, em detrimento de políticas sociais que visavam melhorar a situação social e econômica da população. Entre a passagem da década de 1960 e 1970 a dívida externa do país cresce desenfreadamente:

Ademais desses recursos externos, dada a oferta internacional de capitais (uma vez que, notadamente no fim da década de 1960, os mercados internacionais viveram uma conjuntura de grande liquidez), o endividamento externo do Brasil cresceu vertiginosamente: a dívida externa, que era de 3,7 bilhões de dólares em 1968, ascendeu a 12,5 bilhões de dólares em 1973 — em outros números: se, em 1968, a dívida externa correspondia a 7% das reservas do país, em 1973 já chegava a 51% (Netto, 2014, p.131).

Esta dívida cresce perante as ações realizadas pelo regime ditatorial em uma política de créditos, através principalmente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) que visava os investimentos nas ações do governo, com forte influência do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial, que expressam os interesses da burguesia internacional.

De maneira primordial, nos anos de 1970, o foco do “milagre econômico” foi a desnacionalização, ocorrendo de forma que o Estado utilizava as suas empresas estatais, porém quem detinha a grande parte da atuação no setor industrial eram as empresas multinacionais:

No ano seguinte [1975], de uma amostragem das 500 maiores empresas, no registro das 10 maiores em cada setor, a distribuição era a seguinte: indústria extrativa mineral — a maior era estatal (Vale do Rio Doce), as outras eram estrangeiras; indústria siderúrgica — tirante a estatal Companhia Siderúrgica Nacional, todas as outras eram estrangeiras (Belgo Mineira, Mannesmann, Alcan); indústria mecânica — todas estrangeiras, com destaque para Massey Ferguson, Caterpillar, Atlas Copco, Perkins; indústria de material elétrico e de comunicações — aqui só operavam estrangeiras (Phillips, Pirelli, General Electric, Siemens, Microlite); indústria de material de transporte — também fundamentalmente empresas estrangeiras: GM, Mercedes-Benz, Ford, Volkswagen; indústria química — tirante as subsidiárias da Petrobras, só operavam estrangeiras (White Martins, Atlantic); indústria farmacêutica — apenas estrangeiras: Ciba, Roche, Bristol, Schering, Hoechst, Squibb, Sandoz; indústria alimentícia — dominada pelas estrangeiras Nestlé, Anderson Clayton e Sanbra (Netto, 2014, p. 131).

Com isso, é perceptível a discrepância da quantidade de empresas multinacionais e privadas em relação com empresas públicas estatais. Segundo Netto (2014), o “milagre econômico” apenas se realizou diante da atuação do Estado terrorista, que ao mesmo tempo que implementava suas ações no Estado, atuava com a repressão a todos os movimentos contrários. Como é citado em Netto (2014, p. 142), que o próprio Delfim Netto⁴ fala que só conseguiu aprovar suas propostas por causa do AI-5.

Segundo Netto (2014), junto a isto, ocorre uma refuncionalização do latifúndio, ou seja, utilizando-se da forma que as terras brasileiras eram divididas nas mãos de poucos, porém, com a modernização do campo⁵. Em 1972 ocorreu a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), auxiliando na criação de novas formas para a exploração do campo e dos trabalhadores. De forma relacionada, ocorre a construção do I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) no governo de Garrastazu Médici, que articulado com as Metas e Bases para Ação do Governo (MBAG), organizou para que os investimentos fossem direcionados para a

⁴ Antonio Delfim Netto atuou enquanto Ministro da Fazenda no governo de Costa e Silva (1967-1969) e Médici (1969-1973) e Ministro da Agricultura no governo de Figueiredo (1979-1984). Sendo signatário do Ato Constitucional N°5.

⁵ “O percentual da população rural que dispunha de eletricidade passou de 8,46%, em 1970, para 1,15%, em 1980; os tratores, em 1970, somavam 165.870 e, em 1975, totalizavam 323.113; a utilização de fertilizantes, entre 1965 e 1975, cresceu a uma média anual de 60%” (Netto, 2014, p. 132).

comunicação e as indústrias de base. Dessa forma, com o apoio do regime, as empresas multinacionais receberam informações estratégicas para gerar lucro. Com isso, o que aconteceu foi o crescimento econômico do Brasil:

Os resultados logo foram sentidos. De uma parte, entre 1968 e 1973, a taxa anual de inflação estabilizou-se em torno de 20%. De outra, entre 1969 e 1973, o PIB per capita aumentou em 51%; o crescimento econômico se processou a taxas muito altas: 9,5% em 1969, 10,4% em 1970, 11,3% em 1971, 12,1% em 1972 e 14,0% em 1973. Se a agricultura, como vimos, cresceu anualmente em torno de 4%, os números da indústria foram extraordinários em 1968-1973 em todos os setores: na indústria manufatureira, 12,7%; na construção civil, 10,9%; na indústria de bens de consumo duráveis, 23,6%; na de bens de consumo não duráveis, 9,4%; na de bens de capital, 18,0%; e na de bens intermediários, 13,4%. E, entre 1969 e 1974, o valor das exportações saltou de 1,9 para 8 bilhões de dólares. Não é surpreendente, pois, que o emprego tenha crescido, entre 1968-1973, a uma taxa média anual de 4,3% (no mesmo período, o crescimento demográfico anual brasileiro era estimado em 2,9%) (Netto, 2014, p. 133).

Dessa forma, o que fez os números serem estrondosos:

Em resumidas contas, o “modelo econômico” compunha-se dos seguintes elementos: arrocho salarial; concentração de riqueza; financiamento do capital por meio de subsídios; correção monetária como mecanismo de controle inflacionário; garantia de altas taxas de lucro para os monopólios; direcionamento da produção agroindustrial para o mercado externo, em detrimento do mercado interno; e, enfim, como notou o mesmo Celso Furtado, a adoção de uma política governamental muito bem-sucedida, que visava atrair as grandes empresas transnacionais e fomentar a expansão das subsidiárias destas já instaladas no país (Florestan Fernandes chegou a caracterizar o Brasil daqueles anos como “o paraíso das empresas transnacionais”) (Netto, 2014, p. 135).

O determinante para que o regime ditatorial obtivesse grandes porcentagens de crescimento foi a concentração das riquezas nas mãos de poucos burgueses⁶, mas que principalmente o produto brasileiro fosse exportado para outros países⁷. Para além disso, segundo Netto (2014) o que ocorre, também, é a utilização da publicidade para empolgar a população diante do crescimento. Concomitantemente a ditadura do grande capital censurava as mídias brasileiras, o que utilizava para esconder as principais metas da I PND, como a construção da transamazônica, irrigação para 40 mil hectares no nordeste, entre outros que, ou não foram realizados, ou foram desenvolvidos menos da metade do previsto.

⁶ O percentual da concentração de renda no Brasil entre 1960-1976 aumentou de maneira exponencial. Entre os 5% da População Economicamente Ativa (PEA) foi de 27,69% para 39%, enquanto para a população 50% mais pobre passou de 17,71% para 11,6% (Netto, 2014, p. 138).

⁷ “Entre 1967 e 1973, a disponibilidade de alimentos básicos para o mercado interno reduziu-se em 3%” (Netto, 2014, p. 141).

A partir da segunda metade da década de 1970, ocorre o colapso do projeto da ditadura do grande capital. Iniciando pelo governo de Geisel, foi utilizada a estratégia de um processo de distensão⁸ das problemáticas econômicas, que estavam dentro dos projetos da II PND. Com isso, passa-se para Figueiredo a tarefa de utilizar-se da estratégia de autorreforma do Estado ditatorial

Nos seus dois primeiros anos de mandato, Figueiredo pôde insistir na mesma estratégia — mas, em 1981-1982, foi compelido a uma inflexão que se revelou inepta para evitar a formidável recessão que levaria o seu governo a experimentar o desastre econômico-social que haveria de marcar o fracasso do “modelo econômico” da ditadura; e, no marco de uma gravíssima crise, o peso daqueles estrangulamentos apareceu com força (Netto, 2014, p. 187).

O que colocava em prova o colapso da ditadura, para além das questões nacionais, era a crise do petróleo que ocorreu entre as décadas de 1970 e 1980. Enquanto o Brasil estava na posição de terceiro maior importador de petróleo (Netto, 2014, p. 187), percebia-se que o produto era um recurso natural não renovável, assim fazendo com que a Organização de Países Exportadores de Petróleo (OPEP), diminuísse as exportações e conseqüentemente o aumento dos preços do produto.

Juntamente com isto, “[...] a dívida externa brasileira saltou de 49,9 bilhões de dólares (1979) para 91 bilhões de dólares (dezembro de 1984).” (Netto, 2014, p. 187), tornando cada vez mais o país refém das políticas do FMI, para além de ocorrer a alta dos juros e a diminuição da possibilidade de créditos, de maneira internacional. Dessa forma, o que ocorre são os dados na baixa do crescimento do PIB, passando de um crescimento de 6,76% em 1979, para uma queda de -4,30% em 1980, assim, entre 1980 e 1983 o PIB brasileiro recuou cerca de 12%, tornando-se o maior recuo registrado no país (Netto, 2014, p. 188).

Todos estes números mostram diretamente que o impacto foi sentido pela população mais pobre do país, assim Netto (2014, p. 188-89) nos traz alguns dados que auxiliam na percepção desta realidade:

Entre 1979 e 1984, a renda per capita reduziu-se em 25%; entre junho de 1982 e abril de 1985, os salários reais caíram 20%; entre 1981 e 1983, com o setor industrial experimentando uma retração de 52%, a taxa de desemprego nele registrada foi de 7,5%.

Dessa forma, os números do desemprego chamam a atenção:

[...] a evolução do desemprego, segundo dados oficiais, foi a seguinte: 1980, 6,2%; 1981, 7,9%; 1982, 6,3%; 1983, 6,7%; 1984, 7,1%; mas esses dados

⁸ Nomenclatura dada pelo próprio regime.

subestimavam amplamente o fenômeno: conforme o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos/DIEESE, em 1981, 30,3% da população economicamente ativa do país estava desempregada ou subempregada, não constando dos números oficiais.

O colapso do modelo econômico estava em curso, e mesmo com tentativas de mudanças de estratégias, como a construção do III PND, de maneira concreta, poucas coisas modificaram-se, estando posta a situação de pobreza, fome e miséria da maior parte do Brasil⁹.

Segundo Netto (2005), a estratégia utilizada por Figueiredo se dá na atuação de dois planos, um diretamente e um indiretamente. Onde um dos planos diretos seria de atuar frente a polícia, principalmente junto ao que o autor chama de “autonomia das facções do partido militar”, assim cerceando a atuação dos militares dentro do campo político-institucional. Junto a isto, o outro plano direto segue a mesma linha de cerceamento, buscando findar as organizações políticas que poderiam questionar ou de construir um processo de contestação do regime. Dessa forma, o que se atuou de maneira indireta foi a tentativa de conquistar alguns segmentos da sociedade, que foram incapaz de seguir o plano, visto que a população não se sentia representada pela composição política da Ditadura, mas que junto a isto expressa-se a relação com a crise econômica no país, que dessa forma se traduz para o condicionamento para as lutas dos trabalhadores, como a atuação da greve dos trabalhadores do ABC paulista¹⁰ (Netto, 2005, p. 42).

Todas as questões postas diante da crise do modelo econômico da ditadura do grande capital, foram condicionantes para a massa da classe trabalhadora organizar-se e lutar contra a crise e a fome, necessariamente conectada com a luta por melhoria nas condições de emprego e salário. O movimento sindical entrou em cena de maneira mais forte diante das greves dos trabalhadores do ABC paulista, iniciando com greves em 1978¹¹ em São Bernardo do Campo; porém, a maior chegou a mobilizar cerca de 300 mil trabalhadores. Segundo Sader (1988, p. 36), em seu livro *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São paulo*, relata sua leitura diante da emergência das reivindicações dos sindicatos do ABC:

⁹ “A população com renda domiciliar per capita inferior à linha de pobreza passou de 38,78% em 1979 para 48,39% em 1984; crescia em especial a extrema pobreza — os brasileiros extremamente pobres saltaram de 17,25 milhões em 1979 para 23,70 milhões em 1985” (Netto, 2014, p. 189).

¹⁰ O ABC paulista é uma região industrial, localizada na região metropolitana de São Paulo, composta pelas cidades de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul.

¹¹ Neste mesmo ano o Ato Institucional N°5 (AI-5) foi revogado.

Eu não estava simplesmente diante de um momento de ruptura nos padrões de legitimação da ordem. Inclusive porque nem essa contestação era tão generalizada, nem a legitimação o havia sido. Eu estava, sim, diante da emergência de uma nova configuração das classes populares no cenário público.

Esta greve conseguiu parar a produção por cerca de 41 dias, sendo reprimida fortemente pela força policial; mesmo assim os trabalhadores mantiveram a greve. Em 1979 ocorre o XXXI Congresso da UNE, que marca a reorganização do movimento estudantil a partir da sua entidade principal; os estudantes começam a atuar de maneira unificada com os movimentos sindicais e dos trabalhadores, assim tornando-se extremamente importantes para a construção das mobilizações para a redemocratização do país.

O movimento estudantil e o movimento sindical não foram os únicos atores responsáveis pela luta democrática, a luta pelos bens de consumo, a partir de 1970, tiveram uma forte atuação junto à população. Atuando junto aos movimentos de bairros, clubes de mães, jovens, mulheres, movimentos de bairros, Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), Pastorais Populares das igrejas conduzidas pela Teologia da Libertação. Sua forma de mobilização ocorria através da denúncia do alto custo de vida, mobilizando as atividades contra a carestia, mas também as lutas pela melhoria do transporte urbano e as demandas que perpassam o dia-a-dia da população trabalhadora (Montaño; Duriguetto, 2010, p. 275).

A partir de 1978, os conflitos envolvendo terras ocorreram de maneira mais forte, pois, a forma de modernização do campo que a ditadura do grande capital adotara deságua em uma maior concentração de terras. Junto à atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), o movimento cristão ligado à Teologia da Libertação no geral, mas também o apoio dos partidos políticos e o movimento sindical, mobilizam de maneira mais forte a população do campo para a organização e luta pela terra. Toda essa mobilização condiciona a realização do I Encontro Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, sendo deliberado aqui o nome do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), tornando-se daqui em diante, um dos principais movimentos sociais da América Latina (Montaño; Duriguetto, 2010, p. 277).

Junto ao movimento camponês, a população indígena atuava pela proteção de seus povos, mas também na luta contra as ações do regime ditatorial de entrega das riquezas do país. A partir de 1974, começam a ser organizadas assembleias de

povos indígenas no Mato Grosso, onde em 1980 culmina na União das Nações Indígenas (UNI), importante para a luta coletiva e reivindicação dos direitos destes povos. Um dos principais líderes pela luta pela demarcação das terras foi Mário Juruna, que logo depois nas eleições de 1982 torna-se o primeiro deputado federal indígena do Brasil. Esta luta sempre foi marcada por assassinatos dos principais líderes do movimento, alguns dos nomes que foram mortos, alguns sem nenhum esclarecimento pelas autoridades:

Já no final da ditadura, as mortes de duas importantes lideranças, bem como os massacres contra os Tikuna e os Yanomami, chamaram a atenção do país e do mundo para a luta do movimento indígena pela recuperação de suas terras. Em 1980, o cacique Angelo Kretã Kaingang, ex-vereador pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que lutava pela recuperação de suas terras no Paraná, morreu após um acidente de carro mal explicado, envolvendo três militares. A verdadeira situação da morte de Kretã, ocorrida no município de Mangueirinhos (PR), jamais foi esclarecida. Já o líder Guarani Marçal de Souza Tupã I, que desde o início da década de 1970 denunciava a invasão e a exploração ilegal de madeira nas terras de seu povo no Mato Grosso do Sul, foi assassinado por pistoleiros em 1983, dentro de casa, no município de Antônio João (MS).¹²

Esses são dos poucos nomes conhecidos, mas que sabe-se que muitos outros foram mortos, porém o campo acadêmico e o próprio Estado não são capazes (ou não é feito por interesses divergentes) de fazer levantamento e trabalhos científicos sobre a população indígena.

Da mesma forma que a população indígena, o povo negro no Brasil trava batalhas a séculos contra o racismo. Na ditadura do grande capital, o movimento negro teve seu principal marco de organização na manifestação nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, em 1978, lutando contra a violência policial e o racismo sofrido pela população, somando a essa luta, atuaram também neste ato a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Igreja Católica, Associação Brasileira de Imprensa (ABI) entre outros. O ato teve tamanha força que mobilizou para a criação do Movimento Negro Unificado (MNU), principal organização de luta da população negra no Brasil (Montaño; Duriguetto, 2010, p. 283).

Se faz necessário introduzir aqui a questão da raça na ditadura do grande capital, a luz do debate levantado pelo educador popular Jones Manoel (2023), visto que quando se é pautada as repressões e a ação do terrorismo estatal, nunca se fala da presença ainda mais forte do Estado burguês racista, reprimindo a população

¹² Trecho retirado do site *Memórias da ditadura*. Disponível em: memoriasdaditadura.org.br/indigenas/

negra. Para além de pautar a questão da repressão aos militantes organizados, é preciso falar também sobre a repressão policial diante da população negra e principalmente das favelas do Brasil. Para além disso, é necessário a realização da crítica (mas também autocrítica) das organizações e coletivos de esquerda, progressistas, marxistas, que mantiveram seu pacto pequeno-burguês e da branquitude nas lutas contra a ditadura do grande capital. Assim, se faz necessário a ampliação dos estudos sobre raça e etnia no período do regime militar.

É perceptível que a partir da segunda metade dos anos de 1970 os movimentos sociais começam a se organizar de maneira mais forte e atuante, o que não é diferente com o movimento de liberdade de orientação sexual e identidade de gênero¹³. As principais organizações nesta década estão relacionadas aos homens gays, como o Grupo Somos, que foi o primeiro grupo gay do Brasil, que lutou junto aos trabalhadores do ABC nas greves. Outros grupos como o Grupo Gay da Bahia e o Triângulo Rosa atuaram para a retirada da homossexualidade como doença, mas também pela inclusão do termo “orientação sexual” na Constituinte de 1986. Importante ser destacado também a criação dos jornais “Lampião da Esquina” e o “ChanacomChana”, relevantes jornais para a veiculação das informações necessárias para a sobrevivência desta população. O jornal Chanacomchana foi criado pelos coletivos Lésbico-feminista e o grupo Ação Lésbica-feminista. Em uma das edições do jornal Lampião da Esquina, é denunciada a operação tarântula, operação essa que atuava para prender pessoas trans, principalmente travestis e mulheres trans que se prostituíam, com a justificativa de que essas pessoas eram as que espalharavam o vírus do HIV, os esquadrões que realizavam as rondas, conhecidas como rondões, eram chamados “esquadrão mata bicha”.

Acompanhando o levante dos movimentos sociais, o movimento feminista começa atuar, de maneira mais forte, também a partir da segunda metade de 1970, na luta pela redemocratização. É preciso destacar que, nesta época, o movimento feminista vem, principalmente, das classes médias urbanas, ocorrendo logo após a relação com as mulheres das classes populares. Na luta pela redemocratização, foi criado o Movimento Feminista pela Anistia, junto a isto a luta das feministas

¹³ Colocarei aqui desta forma, visto que as movimentações que ocorreram não eram de forma unificada como o movimento LGBTQIA+ como vemos nos dias atuais.

buscavam igualdade salarial, legalização do aborto entre outros. (Montaño; Duriguetto, 2010, p. 293)

Diante das reivindicações sindicais, do movimento estudantil e dos movimentos sociais no geral, lutaram pelo fim das restrições que a ditadura do grande capital impôs. A partir de 1979, ocorreu a lei que ficou popularmente conhecida como Lei de Anistia, lei Nº 6.683/1979, que “perdoava” a população que estava enquanto criminosos políticos ou eleitorais entre 1961 e 1979, entretanto, excluindo as pessoas que foram enquadradas no crime de de terrorismo. A lei também beneficia os militares, nesta atuação de avanço e recuo.

Dessa forma, todas essas lutas aqui já pautadas atuaram e foram atores principais nas disputas da luta de classes do momento onde conseguiu-se ter a abertura para questionar o regime ditatorial. Os elementos indispensáveis para as reivindicações à época era pela luta das liberdades democráticas, fim da censura, fim do próprio regime e dos governos militares, pela anistia, contra as torturas e perseguições políticas, mas especialmente na luta pelas eleições diretas:

As mobilizações pela redemocratização que confluíram nas “Diretas Já” constituíram o maior movimento de massas que o Brasil já teve. De fevereiro a abril de 1984 milhares de pessoas se mobilizaram e compareceram às passeatas e aos comícios [...] objetivando restabelecer a democracia no país por meio de eleições diretas para Presidente da República (Montaño; Duriguetto, 2010, p. 274).

Entretanto, a emenda de Dante de Oliveira levada para o congresso não conseguiu o número necessário para redefinir a forma de eleição. Só veio a ser aprovado em 1989, a eleição direta para Presidente da República, elegendo Fernando Collor como primeiro presidente após a ditadura do grande capital.

Toda esta efervescência dos movimentos sociais para a redemocratização do Brasil representa os principais condicionamentos para a reorganização do Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS), tanto nacionalmente, com o primeiro Encontro de Estudantes de Serviço Social (ENESS) em 1978, como em Pernambuco, com a organização das estudantes em seus Diretórios Acadêmicos de Serviço Social.

2 - "SE FOR PRA NÓS VIVER POR ISSO, EU PREFIRO MORRER PELO QUE EU ACREDITO": O MOVIMENTO ESTUDANTIL DE SERVIÇO SOCIAL EM MEIO À DITADURA DO GRANDE CAPITAL

2.1 1964-1968: O início da repressão e a combatividade das lutas sociais

Neste capítulo, buscamos fazer o resgate histórico do Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS) desde a década de 1960 até os anos de 1980. Uma das fontes que usamos como base, num primeiro momento, refere-se aos TCCs de ex-militantes do MESS em Pernambuco, como os de Novais (1982), Andrade e Lima (1985), Falcão (1981); além disso, a mais recente monografia, construída sobre o tema na UFPE, também esteve neste trabalho de resgate histórico, a de Montalvão (2022). Dessa forma, buscamos trabalhar com a perspectiva de totalidade, seja na análise conjuntural do país, seja reconstruindo os episódios e acontecimentos do MESS, especificamente em Pernambuco.

Antes de iniciarmos as análises sobre o MESS, se faz necessário assinalar algumas determinações conjunturais do Brasil na época. A década de 1960 demonstra uma crescente expansão do desenvolvimentismo no país. A ideologia desenvolvimentista é baseada em alguns fundamentos, tais como os elencados por Iamamoto e Carvalho (2014, p. 359):

A ideologia desenvolvimentista em seu aspecto mais aparente e geral envolve a proposta de crescimento econômico acelerado, continuado, autossustentado. O problema central a resolver constitui-se em superar o estágio transitório do subdesenvolvimento e do atraso.

Para o crescimento do desenvolvimentismo, se exigia uma industrialização em massa, visto que o Brasil tinha sua economia tradicionalmente marcada pelo caráter agroexportador. Foi nos governos de Juscelino Kubitschek (1956-1961) e de Jânio Quadros (1961) que esta onda desenvolvimentista obteve maior força. Segundo Iamamoto e Carvalho (2014), o desenvolvimentismo trazia como discurso a valorização do homem brasileiro, elevando seu modo de vida e propalando como consequência o fim do pauperismo.

Em 1960, Jânio Quadros ganha as eleições, porém um ano depois renúncia impelido pela crise econômica¹⁴ herdada de Juscelino Kubitschek e pela pressão da

¹⁴ A questão principal que é herdada do governo de JK é a crise econômica, as mudanças na estrutura cambial, fazem com que a receita da União caísse em torno de 15%, tendo que utilizar o

burguesia e militares, tendo em vista seus gestos de aproximação com países socialistas e a fragilização das relações com as tradicionais forças políticas. Pelas leis, quem assumiria seria o seu vice, João Goulart, porém os militares que estavam no governo e a frente das outras forças repressivas vetaram essa posse. Entretanto, a mobilização popular e o dissenso entre os golpistas, fizeram-os recuar, mas com a condição de João Goulart tomar posse em um regime parlamentarista, que diminuiria seu poder. Tempos depois, o regime voltou a ser presidencialista. Jango não era socialista, mas tinha ideias de reforma social que sinalizavam para a assimilação de reivindicações dos trabalhadores.

A expansão desenvolvimentista, que impulsionou a urbanização e a industrialização, fez com que o Serviço Social adquirisse uma expansão e diversificação em seu campo de atuação, interiorizando-se através do crescimento das instituições e da modernização da administração pública. Em 1961, ocorreu o // *Congresso Brasileiro de Serviço Social*, seu tema central era “Desenvolvimento Nacional para o Bem-estar Social”. Este congresso tinha como foco a reorientação da profissão em relação aos seus objetivos e atuação. Neste evento, o então presidente eleito Jânio Quadros esteve presente e fez um pronunciamento com o intuito de demonstrar o caminho que o Serviço Social deveria seguir, no caso através do desenvolvimento de comunidade, tendo em vista que o presidente apontava para um populismo desenvolvimentista de direita.

Agregava-se ao cenário a política determinada pela Doutrina Truman, em curso desde a década de 1940, representando a atuação dos Estados Unidos da América (EUA) com empresas monopolistas para expansão dos seus interesses em países como o Brasil. No governo Jango, cresce o apelo por políticas nacionalistas, mas também, sem que se esboçasse uma oposição aos países socialistas, fazendo com que o governo estadunidense o visse como “não confiável”.

A mudança na estrutura cambial, entre outros problemas trazidos por governos anteriores, fez com que a situação econômica do país entrasse em crise. Jango utilizou da conciliação entre forças políticas para melhorar a economia

tesouro nacional para injetar e circular o dinheiro. Além disso, a pressão sobre o ministério de Tancredo Neves aumentava. Após a mudança do parlamentarismo para o presidencialismo, e com a vitória de Jango nas novas eleições, o novo governo utilizou-se da conciliação com os demais campos políticos para que não houvessem novas rupturas, visto que a situação econômica e social do país estava em declínio, com a taxa de inflação chegando aos 55,14% (Netto, 2014).

brasileira, em razão da alta da inflação. Receoso com a crítica dos conservadores, coloca um direitista para o cargo de ministro. Neste quadro político, a esquerda insiste nas pautas das reformas sociais e radicais, e a direita vai se alinhando para a realização do golpe.

Percebendo-se sem aliados, Jango dá uma guinada à esquerda, as grandes movimentações populares são postas nas ruas e não recebem repressão por parte do governo federal. O próprio presidente vai até os movimentos a favor da reforma agrária e mudanças para melhoria dos trabalhadores. Importante destacar que os militares tentaram convencer Jango a romper com a esquerda para que não houvesse o golpe, porém o mesmo rejeitara. Tais ações são citadas como sendo o ultimato para o golpe que aconteceu na madrugada do dia 31 de março para o dia 1 de abril de 1964 (Netto, 2014).

Tanto o “golpe branco”, quanto o golpe de 1964, expressaram o medo da burguesia e dos militares do comunismo, sempre sendo capachos das políticas estadunidenses, de tal maneira que os EUA realizaram formações com a polícia e investiram no golpe e na corrupção dos sindicatos.

O ano de 1964 é marcado pela tomada do poder estatal pelos militares, com apoio da burguesia nacional e internacional, principalmente dos Estados Unidos. Segundo Netto (2005), o golpe deflagra as contradições que ocorrem dentro do Estado democrático numa fase de crise do ciclo de industrialização.

[...] Entretanto, as dimensões principais do sistema autocrático que se ergue a partir do golpe de 1964 são as que transcendem a pura reiteração (com maior ou menor ênfase) dos traços consagrados na formação brasileira - são exatamente as que determinam os traços que caracterizam a novidade do que se constituiu precisamente em centro de articulador e meio coesionador da autocracia burguesa, o seu Estado (Netto, 2005, p. 27).

Dessa forma, a organização do grande capital no país utiliza-se do Estado, visando a centralização dos lucros para si. Netto (2014, p. 66) cita que “[...] o anticomunismo sempre serviu a antidemocracia”. Assim, a construção do medo ao comunismo demonstra a ação da burguesia para a tomada do poder, de maneira que institui-se uma situação de impossibilidade da sociedade decidir os rumos do país. Relaciona-se com a situação da América Latina, que durante a guerra fria sofreu constante influência da hegemonia estadunidense, a partir de golpes de Estado. A “ameaça” comunista sempre foi uma justificativa para essas intervenções, traduz-se para o povo em perda de direitos, em vista a favorecer o capital. Diante

disso, entende-se o verdadeiro significado do golpe de 1964: a ditadura era o sistema que mais favorecia os capitalistas. Além disso, a ação contrarrevolucionária procura minar as forças que eram contra os avanços do capital e buscava barrar a propagação de outras ideologias revolucionárias. Ademais, o golpe, no seu aspecto econômico, também representava o fim da possibilidade de o Brasil romper com sua condição de dependência, permitia a abertura ainda maior para o capital estrangeiro, o que nos submeteu ainda mais aos interesses imperialistas, e colocava o Estado na posição de regulado dessa situação. Netto (2005, p. 31) cita a forma de modernização conservadora, tomada pelo Estado diante das imposições do capital monopolista:

As linhas-mestras deste “modelo” concretizam a “modernização conservadora” conduzida no interesse do monopólio: benesses ao capital estrangeiro e aos grandes grupos nativos, concentração e centralização em todos os níveis etc.- consagradas inclusive em tentacular repertório operativo e normativo (fora de qualquer controle democrático ou parlamentar) acionado por conselhos e coletivos diretamente atrelados ao grande capital. Elas instauram o perfil e a estrutura econômico-social do Brasil legados pela ditadura: a internalização e a territorialização do imperialismo; uma concentração tal da propriedade e da renda que engendrou uma oligarquia financeira; um padrão de industrialização na retaguarda tecnológica e vocacionado para fomentar e atender demandas enormemente elitizadas no mercado interno e direcionado desde e para o exterior; a constituição de uma estrutura de classes fortemente polarizada, apesar de muito complexa; um processo de pauperização relativa praticamente sem precedentes no mundo contemporâneo. [...] E, lograram, ainda, cristalizar uma estrutura estatal-burocrática e administrativa conformada precisamente para gerir este “modelo”, mas (este é um dos seus elementos mais significativos) enformada em escala ponderável por um referencial político-ideológico específico, aquele matrizado na doutrina de segurança nacional.

Diante disso, percebe-se a utilização do aparato estatal para prover maior lucro e capital para a burguesia brasileira. Utilizando-se, também, do apoio da burguesia internacional, principalmente dos Estados Unidos, para perpetuar o caráter dependente do capitalismo no Brasil. Dessa forma, mitigando qualquer possibilidade de organização e levantes populares.

O movimento estudantil foi uma das principais forças que lutaram contra a ofensiva dos militares. Isso por essa força se incluir como um sujeito de vanguarda das lutas sociais, no sentido de estar à frente estimulando as lutas, reivindicando seus direitos e melhorias das universidades, mas, para além disso, lutando junto aos trabalhadores pela soberania nacional. Um exemplo foi a campanha “O petróleo é nosso”, na qual a União Nacional dos Estudantes (UNE) integrou a campanha

governamental em 1953¹⁵, na luta para que a exploração do petróleo ocorresse de forma totalmente estatal. Percebendo tamanha força de mobilização do movimento estudantil, a primeira ação dos militares, quando tomam o poder, é atear fogo na sede da UNE no Rio de Janeiro¹⁶. Para além disso, a condição dos militares para que Jango prosseguisse com o seu governo era a de que rompesse com a UNE, movimentos sociais e sindicais:

Pouco depois das 12 horas do 1º de abril, Jango deslocou-se para a capital — em Brasília, verificou que os altos mandos militares (à exceção do general Ladário Telles, que estava assumindo o comando do III Exército, sediado em Porto Alegre) só se dispunham a travar o golpe se ele aceitasse a condição que Kruel e Dantas Ribeiro lhe tentaram impor: romper com o movimento sindical, intervir nos sindicatos e na UNE e reprimir os comunistas (Netto, 2014, p. 62).

Jango não tomou tal atitude perante estes movimentos sociais. É perceptível a forma como estas organizações são importantes para a luta de classes, visto a tentativa de diminuir o tamanho da mobilização que estavam obtendo com o apoio da presidência.

No primeiro de abril de 1964, em Pernambuco, os estudantes vão às ruas contra o golpe e contra a destituição do governador do estado de Pernambuco, Miguel Arraes. Para os militares, o governador era uma ameaça para a “revolução”:

Na sequência imediata do 1º de abril, o golpe — autointitulado “Revolução”, com qualificativos vários: “redentora”, “salvadora” e outros que tais — mostrou a que veio: instaurou o arbítrio e a violência. Governadores legítimos e democraticamente eleitos foram depostos manu militari (o de Pernambuco, Miguel Arraes, o de Sergipe, Seixas Dória e, meses depois, em novembro, Mauro Borges, de Goiás) e políticos de oposição jogados nas cadeias (Netto, 2014, p. 64).

Diante disso, uma mobilização estudantil foi convocada no centro de Recife, nesta manifestação os militares fizeram suas primeiras vítimas: o estudante secundarista Jonas Albuquerque, de 17 anos, e o universitário da Escola de Engenharia, Ivan Rocha de Aguiar, de 23 anos (Soares, 2020). Diante de toda mobilização midiática e repercussão, foi convocada pela União dos Estudantes de Pernambuco (UEP) uma greve geral, porém, logo após a convocação, os militares

¹⁵ “Após a promulgação da Constituição de 1946, foi travado um grande debate entre os que admitiam a entrada de empresas estrangeiras para a extração, e os que defendiam o monopólio nacional. A UNE foi protagonista nesse momento com a campanha “O Petróleo é Nosso”. A luta prosseguiu até 1953, quando se deu a criação da Petrobras.” Disponível em: www.une.org.br/2011/09/historia-da-une/ Acesso em: 26 set, 2022

¹⁶ “A primeira ação da ditadura militar brasileira ao tomar o poder em 1964 e depor o presidente João Goulart foi metralhar, invadir e incendiar a sede da UNE, na Praia do Flamengo 132, na fatídica noite de 30 de março para 1º de Abril.” Disponível em: www.une.org.br/2011/09/historia-da-une/ Acesso em: 26 set, 2022

tomam a sede da UEP e impedem que ocorram novas eleições para a organização (Montalvão, 2020).

Em novembro de 1964, é homologada a Lei Suplicy de Lacerda nº 4.464, que proibia a manifestação política dos Diretórios Acadêmicos. Depois, é sancionado o Decreto Aragão (Decreto-Lei nº. 228, de 28 de fev. 1967), conhecido assim devido ao nome do ministro da educação que o promoveu, Raimundo Muniz de Aragão. O decreto-lei, ainda mais rígido, alterava a Lei Suplicy, extinguindo os DNE e DEEs e modificando as eleições do DCE por voto indireto. Também houve o decreto-lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969, também chamado de “AI-5 das universidades“, que foi um ato baixado pelo então ditador general Artur da Costa e Silva durante a ditadura que punia professores, alunos e funcionários de universidades acusados de subversão ao regime com expulsão. Na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), ocorre a intervenção no Diretório Central dos Estudantes (DCE), para inserir o estudante Djair de Barros Lima, que era de direita, para ser interventor do Diretório (Veras, 2018).

Andrade e Lima (1985) constroem seu TCC intitulado *A mobilização estudantil no curso de graduação em Serviço Social-UFPE 1979 a 1985*, no qual buscam fazer uma análise do movimento estudantil no curso nos anos citados. Para isso, as autoras realizam entrevistas com alunas e ex-alunas, buscando compreender as mobilizações, as experiências e as visões das estudantes. São entrevistadas pessoas que estudaram no curso de Serviço Social na UFPE em dois espaços de tempo: dos anos de 1964 a 1968, foram entrevistadas duas alunas, uma delas havia sido presidente do Diretório Acadêmico de Serviço Social (DASS) da UFPE; as demais estudantes eram alunas do curso em 1970 e 1980, durante a reconstrução do DASS, entretanto as autoras não especificam a quantidade de entrevistadas.

As alunas, entre 1964 e 1968, relatam que ocorreram várias movimentações estudantis diante da repressão e das políticas instituídas a partir do golpe militar. Ocorriam assembleias gerais dos estudantes quase que semanalmente, pois evitavam tomada de posição e encaminhamentos sem participação coletiva. Para além disso, os relatos apresentam um ponto de extrema importância, que é a utilização do medo pela ditadura do grande capital, para a desorganização dos movimentos.

Não participava ativamente do movimento, principalmente nas entidades,

pois confesso tinha muito medo... as coisas não eram fáceis na minha época... eu tinha irmãos que foram foragidos... tudo isso me assusta muito...

Nesse momento ainda não havia um campus, dificultando as reuniões, visto que as outras escolas estão no centro da cidade, porém distantes umas das outras.¹⁷

Percebe-se que, por razão das arbitrariedades cometidas pela ditadura do grande capital, ocorria a desmobilização, tendo em vista o medo de se organizar e ser preso ou torturado, como a própria ditadura fazia questão de mostrar.

O MESS começou a realizar seus encontros nacionais a partir da década de 1960, ocorrendo o primeiro encontro nacional em 1961, ficando intitulado como Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESS's); apenas em 1963 é criada a Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESS). Segundo Dória (2007), este momento de organização nacional vai até o ano de 1968, sendo abortada a atuação nesse mesmo ano que ocorreu a instauração do Ato institucional Nº 5, que suspendia os direitos políticos e foi o ato que deixou o regime militar mais rígido, também perseguindo movimentos sociais. A parte do movimento estudantil que continua a se encontrar nacionalmente, mesmo na clandestinidade, é o da UNE.

2.2 1968-1978: Bloqueio e paralisação do DASS-UFPE e MESS

Neste primeiro momento, vimos as manifestações iniciais da ação golpista do grande capital; sua força, apoiada pela burguesia internacional, para mitigar toda atuação dos movimentos sociais e da sociedade como um todo. Daqui em diante, veremos como foi percebido pelo MESS os ataques do regime golpista e como influi em suas movimentações. Para além disso, os ataques sistemáticos de cunho institucional fizeram com que a maior parte dos movimentos sociais perdessem forças.

O ano de 1968 é marcado, internacionalmente, por mobilizações da classe trabalhadora contra as explorações capitalistas. Um dos principais episódios é o “maio francês” no qual os movimentos estudantis e sindicais vão às ruas, em atos, exigindo melhorias nas condições de trabalho e pela reforma no sistema educacional

¹⁷ Trecho retirado de entrevistas realizadas por Andrade e Lima (1985) em seu Trabalho de Conclusão de Curso.

da França. Santos (2009, p. 105) nos apresenta uma parte do leque de movimentações do período:

Em 1968, o Brasil passou por uma onda de protestos contra a ditadura que teve influências de toda a conjuntura histórico-cultural que pairava sobre o mundo como o “maio francês”, a chamada contracultura, os protestos nos EUA contra a Guerra do Vietnã e a favor do movimento negro, os protestos no Terceiro Mundo contra o imperialismo dos países desenvolvidos etc (Santos, 2009, p. 105).

O Brasil, ainda sob a ditadura do grande capital, fortalece as medidas de repressão e seus instrumentos repressivos, como a Polícia Militar que reprimia as mobilizações da população. Exemplo disso, foi o assassinato de Edson Luís, estudante secundarista que foi morto a tiros pela Polícia Militar enquanto almoçava no Restaurante Central dos Estudantes no Rio de Janeiro. Diante disso, mobilizou-se passeatas contra a repressão sofrida pelo movimento estudantil e articulou-se toda a classe artística e a população, em seu velório com mais de 50 mil pessoas presentes (Netto, 2014).

Um marco dos atos contra a repressão foi o que ficou conhecido como “Passeata dos Cem Mil”, mobilização convocada no Rio de Janeiro em junho de 1968, tinha como reivindicação o fim da ditadura e o fim da repressão policial. Devido às reivindicações da população, dentre as quais aquelas levantadas pelos setores sindicais, como as de Contagem (MG), na empresa Belgo Mineira, onde 1.700 operários fizeram de refém grande parte da diretoria exigindo melhores condições de trabalho e aumento salarial acima da média nacional (Netto, 2014); o governo do General Costa e Silva instaura o Ato Institucional Nº 5 (AI-5), que decretava o fechamento das câmaras legislativas em todas as instâncias, a cassação de mandatos políticos, suspensão dos direitos políticos, o estado de sítio entre outras medidas.

Montalvão (2022) realiza um resgate histórico do MESS em Pernambuco entre as décadas de 1950 e 1970, como também analisa as transformações econômicas e sociais destas décadas. A autora relata que em Pernambuco ocorrem duas importantes ações contrárias à ditadura nesse período. A primeira sendo a greve que ocorreu na Universidade Federal Rural de Pernambuco, contra o aumento de 1.000% das refeições do Restaurante Universitário.

Outro movimento grevista, realizado em outubro do mesmo ano, ocorreu em advertência contra possíveis punições a estudantes acusados de invadirem

o gabinete do reitor Murilo Guimarães da UFPE ao reivindicarem mais recursos para o Hospital Pedro II (Montalvão, 2022, p. 73).

A autora cita que não ocorre nenhuma menção ao DASS nessas movimentações. Ponto importante é a tentativa de criminalização do movimento estudantil que lutava pela melhoria de suas refeições, a partir da repressão da reitoria, mais especificamente na UFRPE, e o aumento do investimento na universidade pública.

Devido à crise de organização política e de extrema repressão da ditadura do grande capital, tem-se a dificuldade de encontrar registros acerca do MESS localmente. Diante disso, inferimos a existência de uma situação de paralisação das atividades do MESS em Pernambuco, ou talvez um realocamento dos quadros militantes para outras frentes.¹⁸ Como citado por Montalvão (2022, p. 80):

Com o AI-5 e a Reforma Universitária de 1968, os sujeitos politicamente ativos refluem para a ação clandestina ou para a ação possível na legalidade, mas a sua formação está hipotecada no pré-1968 (NETTO, 2015). Em finais de 1960, essas tendências são sufocadas ao mesmo tempo em que a ESSPE é incorporada à UFPE, onde o controle policial-militar era institucionalizado.

As estratégias repressivas do Estado frente ao movimento estudantil, com ações policiais, coerções e formas de criminalização do movimento, fizeram com que as estudantes mais inseridas na política atuassem em outras organizações e movimentos de forma clandestina. Dessa forma, o MESS começa a ser desarticulado. Sobre isso, Falcão (1981, p. 14) no seu TCC intitulado *A Importância do Movimento Estudantil na Formação Profissional do Aluno de Serviço Social*, que faz a análise da relação entre formação acadêmica e atuação profissional, relatando também sobre o MESS na UFPE entre 1977 e 1981, rememora a conjuntura da UFPE ao ingressar no curso de Serviço Social em 1977:

Do movimento estudantil, não se ouvia falar, exceto algumas pessoas na Universidade, que por sinal eram marginalizados pelo conjunto dos estudantes, vistas como pessoas “envolvidas com política”.

As eleições para D.C.E e D.A. de Centro eram obrigatórias, os candidatos indicados pela Reitoria e para não serem suspensos comparecemos às urnas. Não havia uma compreensão política dos estudantes ao eleger seus representantes, sendo considerado aquele dia um “feriado escolar” por não haver aula. Toda a repressão para não fortalecer as entidades estudantis, era reflexo ainda de um período significativo da história que mergulhara o

¹⁸ Segundo Montalvão (2022, p. 49), diante da conjuntura à época e as formas repressivas sofridas, os encontros ocorreram até 1968, sendo sentido diante do desmanche da UNE pelas forças repressoras do Estado. Além disso, parte das pessoas que atuavam no MESS, deslocam-se para a luta contra o regime ditatorial de maneira mais geral, mas que também possivelmente alguns seguem para a luta armada.

M.E. e popular no obscurantismo, na falta de liberdade de expressão e livre organização.

Esse relato corresponde à situação da universidade na segunda metade dos anos 1970, entretanto percebe-se que retrata o processo de desmobilização imposto pela ditadura do grande capital ao movimento estudantil desde finais dos anos de 1960. No que tange o MESS, seguindo da mesma forma que o movimento estudantil nacional, diante do fechamento dos Diretórios Acadêmicos democráticos e abertura dos Diretórios Acadêmicos de Centro¹⁹.

O *Seminário Memória e História do Movimento Estudantil de Serviço Social em Pernambuco na Crise da Ditadura*, realizado pelos projetos de extensão do *Memória e História do Serviço Social em Pernambuco* (MEHSSPE) e o *Núcleo de Documentação Sobre os Movimentos Sociais Denis Bernardes* (NUDOC), promoveu o depoimento de três ex-militantes do MESS, atualmente Assistentes Sociais: Umbelina Maria Urias Novais, Lygia Leite e Brenda Pessoa Braga. Esta última relata também que não existiam movimentações no curso neste momento (pré-1978), entendendo como uma das causas a falta de uma liderança para mobilizar as estudantes do curso. As disciplinas do curso de Serviço Social ficavam no Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH) e, devido a suas aulas ocorrerem em quatro andares diferentes, considerando a forma vertical do prédio, isso fazia com que as turmas não tivessem muito contato entre si, ocorrendo mais contatos com outros cursos. Segundo a mesma, alguns nomes são colocados como lideranças do ME, como Alzira Medeiros, Luzina Brandão, Jarbas Barbosa, Raquel Falcão, entre outros.

Em 1977, ocorreu a tentativa de realização do *III Encontro Nacional de Estudantes*, realizado pela UNE, em Belo Horizonte-MG, porém a forte repressão do Estado não deixou que fosse realizado. Segundo informações da UNE²⁰, a Polícia e o Exército começaram a parar e prender militantes ainda nos ônibus que chegavam para o evento. Já o local que iria ocorrer, foi cercado pelos repressores com arames, policiais e soldados com armas e cachorros ficavam ao redor, jogando bombas. Diante de tamanha repressão, os estudantes tiveram que se render e cancelar o III ENE, porém:

¹⁹ Ocorrendo devido à Lei Suplicy de Lacerda 477/1969 e o Decreto de Lei nº 288/1967.

²⁰ Informações retiradas do site da *União Nacional dos Estudantes-UNE* disponível em: [/www.une.org.br/noticias/ha-exatos-40-anos-estudantes-tentavam-reconstruir-a-une-em-belo-horizonte/](http://www.une.org.br/noticias/ha-exatos-40-anos-estudantes-tentavam-reconstruir-a-une-em-belo-horizonte/)

Apesar das prisões e da violência, o movimento estudantil saiu motivado do episódio, e em setembro foi realizado um encontro nacional em São Paulo que criou comissões pró-UNE nas seguintes universidades: UFMG, UFBA, USP, UFRS, UFRJ.²¹

Mobilizando assim os estudantes, para a reorganização do movimento nacional, próximo dos anos de 1979.

Apesar do ME evidenciar poucos registros e movimentações no período entre 1968 e 1978, neste último ano citado ocorre um episódio que marca o retorno de uma forte movimentação na UFPE (Soares, 2020), despertando inclusive a rearticulação no âmbito do curso de Serviço Social. Conforme o resgate de Falcão (1981, p. 15):

No ano seguinte, [1978] no meio do 1º semestre, eclode um movimento na Universidade de assembleia no campus, culminando com a decretação de uma greve geral. Era por causa da prisão de Edival Nunes da Silva, conhecido como Cajá, estudante de sociologia ligado ao movimento Pastoral da Arquidiocese que estava sendo acusado de reorganização de grupos clandestinos. Era um estudante querido e conhecido pelos excelentes trabalhos que realizava entre grupos de jovens ligados à igreja. Foi a primeira mobilização de nossa turma [de Serviço Social] que entrou em 77, (uma delas conhecia Cajá pessoalmente pois trabalhava com ele em movimentos de Igreja) e passamos de sala em sala, denunciando a repressão do Governo e discutindo a importância de engrossarmos o movimento. Aderimos à greve geral, com exceção da turma do Básico de 78 que se excluíram do processo, com o argumento de que não conheciam Cajá, portanto não podiam “botar a mão no fogo por ele”.

Como citado pela autora, o sequestro e a prisão de Cajá, que ocorreu em 12 de maio de 1978, passou a dar forças para uma mobilização que culminou em uma greve na universidade. As estudantes de Serviço Social que se vincularam inicialmente ao movimento começaram a buscar engajar politicamente as outras pessoas do curso para que aderissem à greve. O apoio de Dom Helder Câmara, uma das lideranças da Igreja Católica em Pernambuco, foi crucial para a mobilização e libertação de Cajá, que ocorreu em 1 de junho de 1979 (Braga, 2023).

Neste mesmo ano, em 1978, ocorreu o I Encontro Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESS) com a presença de 600 estudantes e 24 escolas. O seu tema era *Serviço Social e a Realidade Brasileira*.

Ainda em 78, soubemos de um I ENESS (Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social) a ser realizado em Londrina. Foi discutido em nossa turma a importância de nós, aqui de Pernambuco, participarmos desse Encontro. Apesar de não termos estendido a discussão para as outras turmas de curso, chegamos a enviar uma representante que por sinal

²¹ Trecho retirado do site da *União Nacional dos Estudantes-UNE* disponível em: [/www.une.org.br/noticias/ha-exatos-40-anos-estudantes-tentavam-reconstruir-a-une-em-belo-horizonte/](http://www.une.org.br/noticias/ha-exatos-40-anos-estudantes-tentavam-reconstruir-a-une-em-belo-horizonte/)

chegou atrasada e trouxe-nos apenas os informes passados pelas colegas de Londrina (Falcão, 1981, p.15).

O I ENESS tinha um caráter de reorganização do MESS, mas discutiu também uma nova proposta de currículo unificado nacional, além de preparar a organização para o II ENESS. Entretanto, segundo o jornal do DASS-UFPE e DASS-UNICAP, indica-se que:

Andávamos sempre por fora de tudo. Realizaram o I Encontro Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESS) e nós nem sabíamos. Daqui do nordeste só participaram a Bahia e a Paraíba. Para o congresso de reconstrução da UNE só enviamos uma delegada da UFPE, assim sem discutirmos direito. Da UNICAP não foi ninguém de nosso curso (Informativo..., 1979, p.1).

Um primeiro boletim foi criado pelas estudantes de Serviço Social, da UNICAP e UFPE, com o objetivo de realizar repasses e debates junto às outras estudantes. Nesse material, relatam o apassivamento diante dos encontros das entidades, como Congresso da UNE e ENESS. Diante da falta de mobilização e o desmonte do movimento estudantil pelo Estado, Pernambuco consegue levar apenas uma representação para o encontro. Encontro esse que é responsável por retomar a organização em nível nacional do MESS.

2.3. 1979-1981: Reativação da mobilização e reconstrução do DASS-UFPE

No tópico anterior, vimos a desmobilização sofrida pelos movimentos sociais em decorrência da forma mais repressiva da ditadura do grande capital, buscando desmontar toda e qualquer atuação destes. Porém, este tempo não passou sem luta e sem tentativas de realização de encontros estudantis. A partir de agora, veremos uma reorganização dos movimentos sociais, em especial o movimento estudantil, frente à política de distensão das questões políticas-econômicas, mas também devido à crise do “milagre econômico” do regime ditatorial, que propiciou o questionamento da ditadura do grande capital.

O fim da década de 1970 e início da década de 1980 marcam um afrouxamento das restrições e repressão da ditadura do grande capital. O movimento estudantil, ainda bastante afetado pela repressão, começa a se reconstruir. Isso se expressa, por exemplo, através da realização do 31º Congresso da UNE em Salvador - BA (1979), que reuniu mais de seis mil estudantes, sendo importantíssimo para a reconstrução da entidade à nível nacional, mas também para

a reconstrução do movimento estudantil de forma geral. Segunda Braga (2023), apenas uma estudante de Serviço Social - UFPE foi para o congresso:

Em paralelo ao congresso [Latino Americano] iria ter o Encontro Nacional dos Estudantes onde foi criada a UNE. Só que nós ficamos no dilema, vamos para Bolívia ou vamos para Salvador? E havia uma discussão muito grande entre nós, sobre o medo da repressão a esse encontro em Salvador, em razão dos dois eventos anteriores, com muita prisão, muita repressão e tivemos medo sim de ir ao Congresso da UNE, mas uma aluna foi, corajosa, e lá a UNE foi reconstruída (Braga, 2023).

No que tange ao Serviço Social, havia ocorrido até então apenas o I ENESS com uma participação bastante restrita de estados. O DASS-UFPE ainda não havia retomado suas atividades, existiam apenas algumas movimentações em salas.

Umbelina Novais (1982) é a autora de um dos Trabalhos de Conclusão de Curso que utilizamos como base para a construção desta deste estudo. O TCC intitulado *O Movimento Estudantil e a Formação Profissional dos Estudantes de Serviço Social* buscou fazer uma análise do MESS à época, mas também relatar o que a autora vivenciou enquanto militante, entre os anos de 1979 e 1982. A mesma relata sobre as mobilizações do curso de Serviço Social:

Neste período [1979], não havia nenhum movimento mais organizado no curso de Serviço Social da UFPE, a não ser algumas tentativas isoladas em sala de aula diferentes, sem haver unificação dessas lutas e em consequência não havia crescimento no movimento.

Lembro-me bem, que a primeira tentativa de unificação do movimento, partiu de alunos do 2º período e éramos do ciclo básico (Novais, 1982, p. 22).

Diante disso, as estudantes começam a inserir-se nas reuniões do Departamento de Serviço Social e a participar de instâncias deliberativas que influíam nas condições estudantis. Segundo Braga (2023), o Departamento de Serviço Social - UFPE convida Seno Cornely, que foi professor da Escola de Serviço Social de Porto Alegre, foi um dos protagonistas do movimento de reconceituação do Serviço Social, para um evento. Junto a isto, as estudantes conseguiram, acompanhadas por Cornely em reunião com o Reitor da UFPE Gustavo Krause, dois ônibus para ir ao II ENESS.

Seno Cornely informa às estudantes sobre o Congresso Latino Americano de Estudantes de Serviço Social, que ocorreria em La Paz na Bolívia. Diante dos custos para ir ao congresso, as estudantes realizam atividades de finanças para garantir a ida ao congresso, assim foram realizados “pedágios”, que eram fitas colocadas nos sinais de trânsito para conseguir doação dos motoristas; realização de filmes no

Teatro do Parque em Recife; vendas de comidas, entre outras formas de arrecadação. A tentativa de pagar ao mínimo a inscrição para o congresso foi falha, visto que foi tentava a isenção mas sendo negado e o MEC adicionando taxas altas para a ida (Braga, 2023).

Segundo Novais (1982, p. 23), foi em uma reunião do Departamento que souberam sobre a Convenção Nacional da ABESS (1979), evento que também impulsionou a organização e mobilização das estudantes.

Soubemos que ia haver uma reunião do Departamento de S. Social com os estudantes de S.Social. Foi aí, que ainda sem entendermos muita coisa, procuramos nos interessar e neste dia ficamos conhecendo algumas lideranças e soubemos que neste ano iria haver uma Convenção Nacional da ABESS (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE S. SOCIAL) e seria realizado em Salvador, o II ENESS (Encontro Nacional dos Estudantes de S. Social), que tem como finalidade, organizar os estudantes nacionalmente, além de propiciar discussões sobre o Serviço Social.

Em 1979, ocorre o II ENESS, as estudantes de Serviço Social da UFPE e UNICAP não tinham conseguido ir para o I ENESS, mas foram ao segundo, que ocorreu em Salvador (BA), sendo um marco na reorganização do MESS, com a participação de 43 escolas (Novais, 1982). Nesse ENESS, foram deliberadas bandeiras de luta relacionadas com o aperfeiçoamento da formação profissional, a participação de discentes nas instâncias da categoria e o envolvimento com as lutas mais amplas travadas pelos movimentos operário e popular na crise da ditadura. Segundo Novais (2023), os cursos de Serviço Social da UFPE e UNICAP estiveram na mesa de abertura deste evento, que levou mais de 1.000 estudantes de todo Brasil. O quadro abaixo reúne o conjunto dessas deliberações, segundo o estudo de Novais (1982, p. 26):

Quadro nº 1 - Deliberações do II ENES (1979)

- Que os estudantes voltassem as suas Escolas e promovem discussões sobre o currículo juntamente com os professores, para que no próximo encontro fosse tirada uma proposta nacional;
- Estágio foi uma preocupação bem presente e foi visto que deveria ser garantido estágio em quantidade e em qualidade, que houvessem departamentos específicos para isto, além de que fosse respeitado a liberdade de escolha de estágio, mais supervisão;
- Que o A.S. se posicione de maneira mais sérias ao lado do trabalhador;
- Pelo cumprimento da Declaração Universal dos Direitos Humanos;
- Pela Anistia, Ampla, Geral e Irrestrita;
- Pelas liberdades democráticas;
- Contra o ensino pago;
- Pelo Ensino Público e gratuito para todos;
- Pela participação dos estudantes na ABESS, com direito a Voz e Voto;
- Contra o Projeto Portela.

FONTE: Novais (1982, p. 26)

O II ENESS foi fundamental para a organização do MESS, visto que foi deliberada a divisão do país em sete regiões²². Essas regiões realizariam os Encontros Regionais dos Estudantes de Serviço Social (ERESS). Junto a estas deliberações, também foi resultado do debate entre as estudantes a decisão das instâncias deliberativas do MESS, sendo estas: Plenária do ENESS; CONESS; Comissão Executiva e Subsecretaria da UNE (Novais, 2023).

Tais encontros trazem força e vigor para a construção do movimento estudantil. Estar em contato com outras pessoas de diferentes estados que estão lutando para a transformação da realidade que se insere, é de extrema importância, como Novais (1982, p. 25) registra num depoimento sobre os seus sentimentos após a experiência de participação do II ENESS:

²² A divisão de regiões por estados foi assim fixada: Região I - Acre (AC); Amapá (AP); Amazonas (AM); Maranhão (MA); Pará (PA); Piauí (PI); Rondônia (RO); Roraima (RR); Região II - Ceará (CE); Paraíba (PB); Pernambuco (PE); Rio Grande do Norte (RN); Região III - Alagoas (AL); Bahia (BA); Sergipe (SE); Região IV - Distrito Federal (DF); Goiás (GO); Mato Grosso (MT); Mato Grosso do Sul (MS); Tocantins (TO); Região V - Espírito Santo (ES); Minas Gerais (MG); Rio de Janeiro (RJ); Região VI - Paraná (PR); Rio Grande do Sul (RS); Santa Catarina (SC); Região VII - São Paulo (SP).

Foi uma experiência maravilhosa para nós, discutirmos durante três dias com colegas de todo o Brasil, problemas que nos diziam respeito, trocar experiências, além de aprofundarmos mais sobre a nossa realidade, sobre o momento histórico que estávamos vivendo e nosso papel no mesmo, o nosso compromisso com os setores mais oprimidos da sociedade.

É com tal empolgação que as estudantes participam e constroem, em 1980, o I Encontro Regional dos Estudantes de Serviço Social (ERESS) da Região II em Campina Grande-PB. Diante do impulso que as estudantes sentiram após II ENESS, iniciou-se o debate sobre o estatuto do DASS-UFPE e sua organização e estruturação. Por estar em um processo mais avançado de construção do Diretório Acadêmico, a UFPE se torna escola polo da Região II. Sobre isso, diz Novais (1982, p. 29-30): “[...] Nós da UFPE, no momento éramos a única escola que se encontrava em processo de criação do D.A. mais organizado, com conselho de representante de turmas, com discussões sobre o estatuto, entre outras coisas.”

Nesse mesmo ano, ocorre o III ENESS em Belo Horizonte - MG, quando a UFPE consegue levar 40 delegados e participar da mesa dirigente (Novais, 1982). No jornal do DASS, as estudantes relatam essa participação no III ENESS:

No último domingo (1º/10), os universitários de Serviço Social de todo o Brasil, encerrando em Belo Horizonte o mais representativo e mais amplo Encontro Nacional de toda sua história! O número de participantes que esperávamos para o III ENESS era em média de 900, e compareceram mais de 1500, o que ultrapassou as expectativas e demonstrou claramente o grande avanço na nossa organização e mobilização (Participação..., 1980, p. 2).

Neste mesmo ENESS, Novais (1982) relata a importância que tiveram os estudantes para o Congresso da Virada em 1979, que é representativo para o Serviço Social após anos de construção para uma prática crítica, utilizando dos métodos marxistas. A mesma relata seus sentimentos por presenciar falas como de Luiza Erundina no III ENESS sobre a importância do MESS:

Ela [Luiza Erundina]²³ nos mostrou abertamente a força que a nossa categoria estudantil exerce na luta por um ensino melhor e condições de vida melhores, quando lembrou que todo o processo de reconceituação do serviço social foi iniciado por estudantes e não por profissionais, quando começaram a questionar e comparar a realidade em que viviam todas as teorias tradicionais aprendidas nas escolas (Novais, 1982, p. 32-33).

Após a participação em dois encontros do ENESS, as estudantes de Serviço Social na UFPE se organizam para a reconstrução do DASS. Com isso, em 1980

²³ Luiza Erundina é assistente social e teve papel de extrema importância no III CBAS, que ficou conhecido como “Congresso da Virada”. Pois, em conjunto com outras assistentes sociais destituíram a mesa que continha representantes do governo e construíram uma outra, com debates acerca do direito da classe trabalhadora e suas necessidades. Baseadas na movimentação, que já havia sido desenvolvida, pela construção da utilização de um método crítico.

ocorreu uma assembleia das estudantes de Serviço Social com pautas para a substituição de professores, devido a um abaixo-assinado entre as estudantes do 7º período, que avaliaram mal a professora das disciplinas de administração e planejamento. Dessa forma, foi enviada para o Departamento, entretanto não foi acatada e a professora seguiu ensinando no período seguinte. Assim, foi-se percebendo a força que as estudantes estavam conseguindo e como estavam envolvidas no processo de mobilização estudantil, conforme pode ser visto no anexo 1, que é o relatório da assembleia.

Após amplos debates das estudantes que estavam engajadas no MESS, sobre a importância de um DA e da ampliação do movimento estudantil, inicia-se as movimentações para a politização das estudantes ajudando a construir o estatuto da entidade, assim sendo possível realizar a primeira eleição de reconstrução. Segundo Braga (2023) e Novais (2023), o Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8)²⁴ esteve junto na reconstrução do DASS. Dessa forma, Novais (1982, p. 41) relata sobre a reconstrução:

Aprovamos o estatuto do D.A. no 1º semestre de 80, num amplo processo de participação e discussões em todas as turmas. O D.A. estava reconstruído, agora era necessário fortalecê-lo.

Foram abertas as inscrições para eleição da primeira diretoria do D.A., após a reconstrução.

Segundo Novais (1982, p. 41), apenas uma chapa se inscreveu para a disputa, intitulada “Renascendo”, porém ocorreram alguns problemas para a realização da eleição:

Apenas uma Chapa “Renascendo” se inscreveu e os estudantes em torno de 60% do curso votaram, salientando que, devido a nossa inexperiência, colocamos apenas um dia de eleição, que coincidiu com uma enchente na cidade, ocasionando pouca frequência na escola.

O início da reconstrução seguia sendo complicado, esta primeira Diretoria entrou bastante engajada, participando na reconstrução da UEP, do XXXII Congresso da UNE e o III ENESS. Entretanto ocorreram alguns problemas com as professoras do Departamento de Serviço Social - UFPE, visto que algumas não consentiam com a saída das aulas para participarem das reuniões do DA. Mesmo iniciando na construção desta entidade de base, as estudantes que estavam nessa

²⁴ O MR-8 foi uma organização marxista-leninista, fruto de um dos rachas do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em meados da década de 1960. Atuou na luta armada na ditadura do grande capital, mas também atuou no movimento estudantil desta época. A partir do início da década de 1970, atua na política institucional a partir do Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

primeira Diretoria, tentaram construir de forma para que o Diretório se tornasse sólido. Entretanto, segundo Andrade e Lima (1985, p. 57) esse processo de retomada do DASS não é linear, ocorrendo alguns retrocessos.

Prosseguindo a reunião com as ex-alunas, foi observado que o processo de reconstrução do DA, trouxe com ele a reprodução de atitudes e métodos, tais como, a centralização de decisões, o sectarismo e o atrelamento da entidade à posições político-partidária.

Entende-se que o retorno às atividades do DASS não se construíram de forma linear, mas que houve estagnação no processo de reconstrução. Segundo o relato citado, as disputas políticas dentro do DASS e a relação da atuação política das alunas da diretoria, visto que algumas possivelmente atuavam enquanto militantes de organizações, fez com que outras alunas tomassem distância do Diretório. O afastamento pode ser ocasionado devido à política adotada pelas organizações ou até mesmo pelo nível de politização das estudantes.

Segundo Braga (2023), as principais influências para a reconstrução do DASS-UFPE eram as articulações e a relação com as lideranças do ME na UFPE, que mobilizavam as estudantes do curso; a mobilização e articulação junto ao MESS, entendendo as trocas e debates que ocorriam nos encontros nacionais e regionais; a participação estudantil na ABESS; e a atuação dos movimentos sociais como um todo.

Dessa forma, o DASS seguia com sua atuação, construindo mais uma assembleia devido aos cortes de verbas, podendo ser visto no Anexo 2 a convocação do DASS-UFPE para as estudantes participarem da greve, que tinha um discurso agitado por mais verbas. Após a deliberação da greve estudantil, o DASS construiu carta junto aos Diretórios acadêmicos de Economia e Ciências Contábeis, relatando a vitória da mobilização estudantil e o impedimento do congelamento das verbas pelo Ministério da Educação, em que pode ser conferido no Anexo 3 os repasses após a greve estudantil.

Essa década, principalmente no seu fim, serviu para a reorganização dos movimentos sociais, como em 1979 a saída da UNE e UEP da ilegalidade, como cita Soares (2020, p. 193):

Extinguiram-se os Decretos nº 477/1969 e nº228/1967, uma conquista contra as medidas autoritárias nas universidades, possibilitando as entidades se organizarem no formato de DCEs, espaços de disputas entre as tendências estudantis.

Diante desta retirada dos decretos, foi-se possível reorganizar o ME de maneira que com apoio das Executivas Estudantis de Curso, construiu-se junto às bases para retomar as principais entidades que organizaram o movimento estudantil. Soares (2020) cita a concomitância na luta pela legalização da UNE junto à legalização da UEP em Pernambuco.

Dessa forma, as movimentações estudantis e das entidades de base em Pernambuco resultaram na reconstrução da UEP.

No dia 10 de setembro [1980], quando foi encerrada a greve de professores da UFPE, houve um debate sobre a situação da UNE e da UEP com os diretores das entidades discentes. No dia 13 de setembro, com o fim da greve dos estudantes da UFRPE, os alunos do DCE dessa instituição distribuíram para a comunidade acadêmica o regimento do congresso da UEP, devido à preparação do evento, cuja comissão executiva foi formada pelo DCE/UFPE, DCE/UFRPE, DCE/Unicap, DA/Fafisa e DA/Ciências Médicas. A comissão de recepção e alojamento ficou a cargo do DCE/Unicap e houve uma cooperação política entre estudantes de diferentes universidades. Dessa forma, alunos e órgãos representativos discentes das principais universidades do estado uniram-se em defesa de uma bandeira em comum (Soares, 2020, p. 199).

O congresso da UEP foi realizado nos dias 12 e 13 de novembro de 1980, importante salientar que ao mesmo tempo que ocorria o congresso para a próxima diretoria da UEP, também ocorria para a UNE e na UFRPE para nova diretoria do DCE. A disputa eleitoral da UEP ocorreu com 5 chapas inscritas, são elas: Reconstruindo, Unidade, Faz a Hora, Viração e Mobilização Estudantil. A chapa Viração foi eleita com a maioria dos votos, como mostra Soares (2020, p. 208).

A chapa Viração foi a vencedora da UEP com uma ampla vantagem, ao conseguir 10.133 votos, com o apoio do PMDB, DCE/UFRPE, DCE/Unicap, de alguns DAs da UFPE e dos líderes estudantis Alzira José de Siqueira Medeiros, Luiz Antônio Alencar Marinho Falcão (Lula) e Edval da Silva Nunes (Cajá). Enquanto a Reconstruindo obteve 6.857, Unidade 1.499, Faz a Hora 1.488 e Mobilização Estudantil 1.244. Salientamos que em Pernambuco, a chapa Viração também foi vitoriosa nas disputas eleitorais da UNE e do DCE/UFRPE. A diretoria da UEP foi empossada em 28 de novembro, na sede do DCE/UFPE, objetivando como uma de suas primeiras medidas, após conseguir uma sede provisória, recuperar a sua antiga sede, localizada na Rua Gervásio Pires, centro do Recife, em uma luta simbólica pelo seu representativo espaço de memória perdido com a intervenção da ditadura.

Esta reestruturação das principais entidades, em paralelo com o apoio dos estudantes nas lutas dos trabalhadores, cria as condições necessárias para as eleições diretas do DCE da UFPE.

É nesse contexto de cooperação estudantil com diversas categorias profissionais que se fortaleceu a luta para a realização de eleições diretas para o DCE/UFPE, em meio a disputas, resistências e conquistas políticas.

O edital de convocação de eleições diretas foi divulgado no dia 19 de março e o sufrágio foi planejado para ocorrer nos dias 5 e 6 de abril, podendo participar do pleito todos os alunos regularmente matriculados na universidade. Nesse processo os estudantes poderiam votar das 8:00h às 22:00h nas Escolas ou Centros da universidade (Soares, 2020, p. 194).

Diante disso, duas chapas são inscritas para a disputa da nova diretoria do DCE-UFPE: Travessia e Correnteza. Sendo a chapa Correnteza vencedora.

A apuração da votação iniciou-se às 20:00h do dia 6 de abril, sendo concluída durante a madrugada, na sede do DCE. A mudança do espaço em relação às eleições anteriores revela uma maior autonomia e protagonismo juvenil, quando 10.103 discentes compareceram às urnas, correspondendo a 64% do quantitativo total de alunos da UFPE. A Correnteza foi vencedora do sufrágio com 5.948 votos, contra 3.038 da Travessia, expressando uma ampla vantagem de 2.910 votos. Houve 720 nulos e 397 em branco, contexto que explicita uma participação significativa dos alunos na escolha dos seus representantes, apesar de um considerável número de acadêmicos faltosos e de votos nulos e brancos: possíveis indicativos de uma parcela eleitoral que não se identificou com os candidatos e propostas apresentadas e até mesmo com o formato direto do sufrágio (Soares, 2020, p.198).

A retomada de eleições diretas para o DCE-UFPE foi de extrema importância para reorganizar o movimento estudantil dentro da universidade, principalmente por perceber o tamanho que a UFPE tem e a sua relevância, tanto cientificamente, quanto no movimento estudantil.

Ainda em 1980, segundo Braga (2023), ocorrem grandes movimentações dentro da UFPE, como a greve geral da UFPE reivindicando 12% do orçamento da União para a educação, assim como era uma reivindicação do ME na UFPE, reajuste de 48% no retroativo de março e Lei que nomeava os reitores pelo Presidente da República²⁵; greve de três dias da UNE; greve nacional dos professores.

O III ENESS ocorreu em 1980, na cidade de Belo Horizonte - BH, com a presença de 43 escolas e mais de 1500 estudantes. Neste encontro foi debatido sobre a formação profissional e a intervenção na realidade, Movimento Estudantil, ALAESS, Currículo e a Lei Julianelli e o estatuto interno (Novais, 1982, p. 30). Dessa forma, foi realizado o debate neste encontro sobre a Associação Latino Americana de Trabalho Social (ALAEITS), na qual foi indicado o nome de Luiza Erundina como representante brasileira e Rosa Stain, estudante de Serviço Social da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), como representante estudantil. Assim como no II

²⁵ Informações retiradas do site da *Associação dos Docentes da UFPE*. Disponível em: www.adufepe.org.br/carreira/as-greves-nas-federais/

ENESS, as escolas de Serviço Social da UFPE e UNICAP estiveram presentes na mesa de abertura do encontro (Novais, 2023).

Alguns questionamentos das estudantes fizeram com que houvesse a construção de um debate mais radicalizado neste encontro. Segundo Novais (1982, p. 31) “Foi concluído, que só uma universidade democrática, conseguiremos ser sujeito da história e ter uma formação Profissional que leve a uma prática transformadora”. Dessa forma, demonstrando o caráter político e emancipador que se estava sendo debatido, incentivando a atuação profissional junto a movimentos sociais e sua importância para o entendimento da realidade brasileira.

Ao término do III ENESS foi decidido que Recife iria sediar o IV ENESS, visto que a região II foi a única que conseguiu realizar dois encontros regionais e levar propostas.

O Serviço Social da UFPE sediou o II ERESS (Encontro Regional de Estudantes de Serviço Social) e no mesmo ano, 1981, sediou o IV ENESS, que pela suas tarefas, contribuiu ao longo desse período e de forma marcante para a mobilização estudantil do curso (Andrade; Lima, 1985, p. 58).

Diante disso, percebe-se que a Região II conseguia mobilizar as estudantes para conseguir construir o MESS de maneira mais organizada e orgânica. Em 1981, foi realizado o CONESS (Conselho Nacional de Entidades de Serviço Social), na qual se debateu a forma de como iria ser organizado o IV ENESS e as principais pautas a serem debatidas. Foi deliberado o tema do próximo encontro, que seria: A Reconceituação do Serviço Social na Realidade Brasileira (Novais, 1982, p. 34).

Em 1981 ocorreu a convenção da Associação Brasileira de Serviço Social (ABESS), que ocorreu em Vitória-ES, onde as estudantes conseguiram participar da diretoria com paridade entre estudantes e professores. Novais (1982, p. 35) cita a luta que conseguiram para as estudantes estarem presentes e modificar o estatuto da ABESS.

Ao final da Convenção, conseguimos mudar o estatuto que era pouco democrático e conquistamos o espaço de termos estudantes participando da diretoria de ABESS. Vale ressaltar que não foi um espaço dado, mas conquistado pelos estudantes ali presentes, que significou um avanço para todos os estudantes de S.Social do País.

Dessa forma, o ano de 1981 foi movimentado e trabalhoso para as estudantes de Serviço Social em Pernambuco. Segundo Novais (1982, p.36), as alunas tiveram muito trabalho para a realização do IV ENESS, visto que não conseguiram maiores

apoios financeiros e apenas na véspera da realização do evento a reitoria da UFPE liberou um prédio para servir de dormitório. Receberam cerca de 1.500 estudantes de 41 escolas de todo país.

O IV ENESS foi importante para avançar na organização do MESS, mas também, para debater outras pautas como as alternativas para barrar o ensino privado e as eleições de 1982.

O IV ENESS em Recife, representou para os estudantes de S.Social, um avanço político muito importante, pois tivemos discussões sobre: os movimentos populares e sociais, além de discutirmos a nossa organização estudantil, como alternativa de barrarmos o ensino pago (Novais, 1982, p.36).

Para contribuir com os debates pertinentes deste encontro, alguns nomes importantes para as lutas sociais e das trabalhadoras do Serviço Social estiveram presentes, como o Assistente Social Vicente Faleiros, Gregório Bezerra que foi convidado de honra, Cajá, representante da Associação dos Docentes da UFPE (ADUFEPE) e representante do Departamento de Serviço Social da UFPE.

Novais (2023) fala que os pontos centrais dos encontros nacionais, até este IV ENESS, são focados na formação acadêmica das estudantes, a mudança no currículo, ampliar a organização do movimento estudantil e entender e debater sobre a conjuntura política.

2.4 1982-1985: Lento e gradativo processo de desmobilização

Anteriormente, foi vista a efervescência do Movimento Estudantil em Pernambuco diante do afrouxamento das restrições da ditadura do grande capital. Com isso, ocorreram eleições e congressos para UNE, UEP, DCE da UFPE e UFRPE, assim como reconstrução e eleição para a diretoria do DASS. Já neste tópico, veremos que o MESS em PE passa por certo um refluxo, em face do entusiasmo e ampliação dos movimentos sociais no Brasil.

O DASS-UFPE, neste período, realizou mobilizações para a atuação e movimentação da UNE e da UEP. Diante disso, Novais (1982, p. 58) cita a disputa entre dois grupos que ocorria dentro das entidades, que conseqüentemente desencadeou para o DASS-UFPE, visto que em sua segunda eleição para composição de diretoria, se inscreveram duas chapas. Com isso, Novais (2023) cita que as organizações e tendências do ME também atuaram nesta eleição,

participando das chapas algumas organizações como do PCdoB, PT, MR-8 a partir da inserção no MDB e alunas independentes. Já Leite (2023) fala de uma influência nas duas chapas que disputam, vindas principalmente da ala do MDB em uma chapa, e na outra do PT e suas tendências. A diferença do resultado dos votos entre as duas chapas foi de poucos votos²⁶. Em nossas referências não havia o registro dos nomes das chapas e nem a quantidade de votos.

Em sua terceira²⁷ gestão, iniciada em 1982²⁸, o DASS-UFPE teve quase toda a direção dissolvida, iniciando um processo lento porém gradativo de desmobilização (Andrade; Lima, 1985, p. 59). Das 11 pessoas que compunham a Diretoria, restavam apenas 3, devido a isso formou-se uma delegação, além das 3 estudantes, para realizar as atividades do DASS e fazer a mobilização para o V ENESS. Andrade e Lima (1985, p. 59) realizam entrevistas com estudantes que acompanhavam o processo, em uma das entrevistas é citado que:

Não tínhamos uma boa estrutura, a maioria da diretoria abandonou o DA nos primeiros dias. Tentamos promover seminários, debates e como estávamos em 1982, ano das eleições gerais para governador dos Estados, convidamos alguns candidatos para debater os seus programas no curso. Procuramos ao máximo trabalhar as questões específicas que considerávamos como fatores determinantes de mobilização.

Leite (2023) relata que nessa Diretoria ficou na tarefa de presidência do DASS, que era comum após as eleições ocorrer uma desmobilização das estudantes, principalmente das que faziam parte da Diretoria. Junto a isto, Novais (2023) traz que após as eleições, militantes de organizações e partidos “sumiam”, retornando novamente na próxima eleição.

A organização da delegação para o V ENESS foi de extrema importância para construir os debates das eleições gerais para governador, mas também para mobilizar as estudantes para o encontro.

Em 1982, ocorreu o V ENESS, sediado em Vitória-ES, estiveram presentes cerca de 1.500 estudantes. O tema do encontro foi: Política Social e Intervenção do

²⁶ De acordo com a monografia de Novais (1982), a quantidade de votos que diferenciou as chapas foi de 4 votos. Já em depoimento recente da mesma autora no *Seminário Memória e História do Movimento Estudantil de Serviço Social em Pernambuco na Crise da Ditadura*, a informação foi de 2 votos de diferença.

²⁷ Ao analisar os trabalhos, existe uma informação imprecisa no mapeamento das gestões, não é relatado sobre a segunda gestão do DASS-UFPE, apenas da primeira e terceira gestão.

²⁸ Na obra das autoras, não especifica diretamente que o ano da terceira gestão do DASS-UFPE foi em 1982. De maneira aproximada, foi-se percebido que as escrituras falam das experiências da terceira gestão no mesmo ano do V ENESS, que ocorreu em 1982.

Serviço Social – Correlação teoria x prática (Dória, 2007, p. 4). Dória (2007, p. 7) também traz em seu artigo intitulado *Resgate histórico da Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social: história de luta e organização política do movimento estudantil* um pouco do que o V ENESS representou para a organização da ENESSO:

Dentro da perspectiva de aproximação com os anseios das classes subalternizadas, dentro dessa constante de debate formação profissional, cada vez mais, os encontros tornaram-se espaço profícuo de formulação para a atuação profissional.

Percebe-se cada vez mais a construção da relação e a importância do MESS para a formação profissional, principalmente por colocar em prática o que se aprende no curso, junto à atuação no MESS.

O DASS-UFPE esteve presente na ocupação da Reitoria e em protestos que ocorreram devido aos cortes da verba da universidade, havendo uma greve de 84 dias dos docentes e funcionários em 1984. A greve foi convocada pela Associação dos Docentes da UFPE (ADUFEPE), devido à falta de verbas para as universidades, que já prejudicava as aulas e a manutenção das instituições. Mas, para além disso, as reivindicações dos estudantes pautavam a luta por uma universidade pública, gratuita e de qualidade, somado a isso os docentes da UFPE lutavam por um aumento salarial e um piso salarial para os técnicos administrativos.

Tivemos por 83 dias, as Universidades federais de nosso país paralisadas pelas greves dos professores e funcionários. Este movimento a nível nacional transformou-se em uma grande luta em DEFESA DA UNIVERSIDADE E PELO ENSINO PÚBLICO E GRATUITO (A greve, 1984, p. 1).

Após o estopim da greve de 84 dias dos docentes e funcionários da UFPE, Andrade e Lima (1985) analisam que a construção do calendário pós-greve foi um dos motivos que contribuiu para a desmobilização estudantil que vinha acontecendo de maneira gradual.

Com o término da greve dos dois segmentos da Universidade, nos deparamos com algo que ao nosso ver, contribuiu muito para a desmobilização estudantil no curso de Serviço Social e em toda universidade: o calendário escolar (Andrade; Lima, 1985, p. 63).

Então, devido a grande quantidade de dias sem aulas, é necessária a modificação do calendário acadêmico. Sendo decidido após assembleias gerais e de curso o retorno do semestre, porém de forma mais aligeirada, perdendo qualidade de ensino. Diante disso, Andrade e Lima (1985) e as alunas que foram

entrevistadas, colocam como problemas, para além das sequelas pós-greve, a atuação dos militantes partidários nas entidades estudantis, impondo suas posições à frente da entidade. Desse modo, contribuindo para a desmobilização.

Diante disso, Andrade e Lima (1985) entrevistam algumas ex-alunas da UFPE e a maioria das estudantes não sabia o que era o ME. A ditadura do grande capital, por colocar na ilegalidade o movimento estudantil e os movimentos sociais, construiu um olhar negativo para tais movimentos. Diante disso, na construção de seu TCC, as autoras realizaram entrevistas com alunas e ex-alunas de Serviço Social na UFPE, que é relatado em sua obra de maneira anônima. Relatos das entrevistadas falam do medo de se envolver com o ME.

Há muita propaganda antes de entrarmos na universidade nos alertam contra a participação nesse negócio de DA, DCE... a gente tem medo de prejudicar o curso (Andrade; Lima, 1985, p. 66).

Segundo as autoras, junto a isso ocorrem mais duas problemáticas que ajudaram a desmobilizar o MESS na UFPE. Que foi a atuação de militantes partidários no MESS e a falta de tempo para a construção do mesmo. O relato das entrevistas falam sobre tais militantes saberem dividir e não quererem impor a linha política nas entidades a serem construídas.

[...] o fato de, em alguns momentos, se transformar as entidades estudantis em prolongamento de suas posições políticas partidárias contribuiu para uma atitude de afastamento dos estudantes de sua organização (Andrade; Lima, 1985, p. 69).

As alunas não gostavam da disputa política que ocorria dentro das gestões do DASS-UFPE, por entenderem que tal construção não tinha relação com a base. Também é relatado sobre o sectarismo de alguns membros da Diretoria em algumas gestões, que não construía o DASS-UFPE por construção coletiva.

A falta de tempo também é colocada como um fator importante para a não participação das estudantes no MESS. Entendendo o receio que tinham em relação às notas, o tempo de conclusão de curso, sobrecarga e a dupla função de estudante e trabalhadora.

3 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o trabalho, buscamos analisar as determinações que fizeram com que o Movimento Estudantil de Serviço Social em Pernambuco se reconstruísse, diante das condições sociopolíticas do Brasil no processo do início do fim da ditadura do grande capital. Junto a isto, a análise do processo de radicalidade da juventude e o que produz a instiga para atuar frente às explorações capitalistas, em conjunto com as questões do regime ditatorial foram condicionantes para a reestruturação dos movimentos sociais no país. Em companhia disso, a reorganização do MESS no Brasil influenciou para a reorganização do movimento em Pernambuco.

Diante dos movimentos de análises que buscamos para entender a motivação da atuação da juventude em movimentos sociais, mais precisamente no movimento estudantil, viu-se as perspectivas psicossociais, sociológicas com as relações familiares, sócio-cultural e marxista. Dentre estas perspectivas, apenas a perspectiva marxista alcança o resultado de explicar o objeto em questão, visto que a abordagem psicossocial relaciona o sentimento de revolta a partir da orientação da libido em revolta aos pais, um dos autores põe a transferência do sentimento para a sociedade. Já a abordagem sociológica com as relações familiares, identifica a transposição das relações sociais pela família, caso não tenha acordo com estas relações é posto em um local de “inconformidade social” gerando assim a crise da identidade. O que percebe-se diante dessas abordagens, são questões individualizantes e a-históricas para analisar um processo que parte do coletivo de uma faixa etária, para além de pôr a questão de maneira psicologizante.

Já a análise sócio-cultural pode-se parecer um pouco com a marxista, por entender a questão da radicalidade relacionando com as discussões políticas, econômicas e sociais, entretanto a abordagem sócio-cultural põe a questão demográfica como pilar para entender a radicalidade. A análise marxista, põe em questão as disputas ideológicas frente à utilização da revolta da juventude, mas que também a questão da classe é colocada, visto a dificuldade da consciência de classe, entendendo os processos de alienação e exploração da sociedade capitalista. Junto a isto, a tarefa que está incubida para a juventude é a de construção de uma nova sociedade, com a produção de novas relações sociais,

após a superação do modo de produção capitalista. Buscamos analisar a atuação da juventude no movimento estadual frente às questões da ditadura do grande capital utilizando a abordagem marxista.

Dessa forma, o movimento estudantil ganha maior força a partir da expansão do sistema educacional, conseqüentemente, parte da classe trabalhadora adentra a espaço, que anteriormente era restrito para a classe dominante. Na Europa, ocorre devido à pressão da burguesia para a composição do trabalho qualificado, para o cumprimento de tarefas específicas, porém na América Latina isso ocorre a partir da urbanização nos países, porém sem uma industrialização paralelamente crescente, assim, ocorre as pressões das massas, em especial da classe média, para a ampliação do sistema educacional.

A expansão do sistema educacional no Brasil ocorre a partir do processo de industrialização e urbanização. Em especial, após o golpe militar de 1964, os EUA, atuando pela USAID, junto aos altos postos militares e a burguesia constroem a política de desinvestimento nas universidades públicas, para um crescimento das faculdades particulares. No pré-ditadura, os movimentos sociais e a UNE, organizam uma reforma universitária de maneira que obtivessem uma maior inserção da classe trabalhadora nas universidades, entretanto, a proposta de reforma que mais tinha apelo popular era a da pequena-burguesia, que anos após junto ao modelo estadunidense, ocorre a reforma universitária de 1968. A partir de 1968, ocorre a paralisação do Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social, perante as perseguições do regime ditatorial.

Nos anos iniciais da ditadura do grande capital, foi buscado desorganizar os movimentos sociais e desestruturar o mínimo de capilaridade que pudesse obter, como a primeira ação dos militares, ainda na madrugada do dia 1º de abril de 1964, foi atear fogo na sede da UNE. Seguindo a mesma política, o regime percebe a necessidade de modificar o sistema educacional brasileiro por completo, não apenas mudanças pontuais, no entendimento de que poderia se retornar a ser como era antes. Desta forma, esta reforma posicionou-se de maneira que abriu portas para o capital privado adentrar, transformando a educação pública em um grande mercado, mas que também burocratizando as instâncias e a forma de ensino. Junto a isto, ocorre a neutralização das universidades, em específico, dos docentes, visto que a ciência construída dentro da universidade, que muitas vezes poderia ter um teor

mais progressista, assim transformando-os em profissionais tecnicantes e burocratizados. De maneira conjunta, a ditadura do grande capital põe leis que desestruturava a atuação do movimento estudantil nas universidades, como a Lei Suplicy de Lacerda Nº 4.464/1964 e o Decreto Aragão Nº 228/1967, transformando os Diretórios Acadêmicos em Diretórios de Centro, tornando também as eleições para DA e DCE ocorrendo de maneira indireta.

O “milagre econômico” pôs o Brasil no meio dos interesses dos bancos, adotando uma política de crédito, junto ao BNDES e FMI, que fez com que ocorresse uma ampliação da industrialização no país. Entretanto, a industrialização ocorreu de maneira que grande parte das ações das empresas estatais estavam na mão da burguesia internacional. Juntamente a esta política de créditos, o “milagre econômico” aconteceu devido aos arrochos salariais, concentração de renda e maior parte da produção brasileira ser exportada para os outros países.

A crise da ditadura logo aparece, visto que o que sustentaria o suposto milagre são os empréstimos, porém, uma hora a conta chega. Dessa forma, no final dos anos de 1970 a 1980 inicia-se o processo da crise, para além da dívida externa crescente, ocorre a crise do petróleo que diminuiu as exportações e aumentou o preço do petróleo. Com o PIB negativo no ano de 1980, a classe trabalhadora foi a que mais sentiu o impacto, com o aumento do desemprego e a queda na renda per capita, mesmo com movimentações da burguesia e do poderio militar, foi incapaz de contornar a crise.

Diante disso, abre-se o espaço para a contestação do regime pela população e movimentos sociais, entendendo o processo de queda dos atos institucionais que ocorrem no Governo Geisel. Assim inicia-se a efervescência da reorganização dos movimentos sociais, como a organização do movimento negro, movimento feminista, sindicais e entre outros. De maneira nacional o movimento estudantil conseguiu organizar-se para a reconstrução da UNE no seu XXXI Congresso em 1979. Todas estas lutas canalizam para a redemocratização do país, por votos diretos para a presidência e congresso, com a campanha *Diretas Já*, pela anistia aos perseguidos políticos e o fim do governo militar e a ditadura do grande capital.

A luz desta conjuntura, o MESS inicia sua reorganização. A partir de 1978 ocorreram as primeiras mobilizações das estudantes de Serviço Social na UFPE, que foi devido a prisão de Cajá, pela ditadura, por ter estudantes próximos a este

militante católico, mobilizaram-se para estar presentes na luta contra a repressão na universidade. Neste mesmo ano, ocorre o I ENESS, extremamente importante por ser a primeira movimentação de maneira nacional para a reorganização do MESS, entretanto, apenas uma estudante da UFPE consegue chegar ao encontro. Estes movimentos foram o estopim para que o MESS em Pernambuco pudesse se organizar, de tal forma que o Serviço Social na UFPE estava de uma forma tão bem organizada, era possível debater sobre o estatuto do DASS-UFPE e a preparação para a construção desta entidade, que após a divisão do país em sete regiões no II ENESS, a Região II conseguiu realizar o encontro Regional e a UFPE foi escola polo devido sua organização estudantil.

As mobilizações nacionais e logo após os encontros regionais são peças-chaves para entender a reorganização do MESS em Pernambuco, visto que as estudantes que participavam desses encontros ficavam animadas e havia trocas de informações com estudantes de outras universidades, dessa forma voltavam para Pernambuco com uma bagagem maior para sua atuação. Em 1980, após aprovação do estatuto, se construía a organização para a primeira eleição do DASS-UFPE, que contou com o apoio do MR-8. Assim, apenas uma chapa foi inscrita, entendo que por motivos de reorganização, e o pequeno contato com o MESS e a necessidade fez com que ocorresse apenas uma chapa, que foi eleita, a “Renascendo”.

Esta primeira diretoria ficou bastante engajada, atuando nos congressos da UNE e UEP, que após o fim da Lei Suplicy de Lacerda e o Decreto Aragão estas entidades retornam à legalidade, podendo construir suas atividades de forma mais forte, junto a isto as eleições para o DCE de forma direta. Assim as estudantes entendem o momento pelo qual o país estava passando e sentindo a necessidade da luta organizada junto a estes organismos do ME. Porém, já existia uma perspectiva para alguns estudantes do curso que colocava como problemática a questão da relação do DASS-UFPE com organizações e partidos.

Ainda em 1980, ocorre o III ENESS em Belo Horizonte - MG, o ponto importante a ser levantado é sobre a radicalidade das estudantes. Antes mesmo do Congresso da Virada e da organização do Método BH, que foi construído por jovens profissionais, o MESS já debatia as questões e necessidades de mudança teoria e prática do Serviço Social, como pode ser observado nos escritos de Montalvão (2022) a partir do seu resgate histórico. Neste ENESS, foi deliberado o incentivo à

atuação profissional junto aos movimentos sociais, e com a construção da profissão com um caráter político emancipador, acompanhado disso, ocorre a deliberação que o IV ENESS ocorra em Recife-PE.

O IV ENESS representa um avanço político no MESS, com tema A Reconstrução do Serviço Social na Realidade Brasileira, as estudantes de maneira a buscar uma politização maior, convidam nomes como de Gregório Bezerra, Cajá entre outros para estarem em mesas de debate, o que mostra a radicalidade delas, visto que estes nomes eram militantes comunistas.

Em 1982 ocorre a terceira eleição para o DASS-UFPE, nesta eleição ocorre a disputa entre duas chapas, que diante da retomada da UNE e UEP, as organizações atuantes no ME organizam-se para participar destes congressos e estas mesmas organizações também disputam a diretoria da entidade de base. Compuseram as chapas o PCdoB, PT, MR-8 e estudantes independentes. A partir desta eleição ocorre o processo lento e gradativo de desmobilização dentro do curso, parte desta diretoria saiu da gestão, ficando apenas três estudantes. As reclamações diante da atuação de organizações na gestão faziam com que as estudantes se afastassem do MESS, mais especificamente do DASS-UFPE, entretanto se faz necessário entender a forma de atuação das organizações e o entendimento político das estudantes, para se ter esta forma de reação. Junto a isso, em 1984 ocorre a greve de 84 dias, que dessa forma ocorre um afluxo para os movimentos que construíram a greve, o que não foi diferente com o MESS. Essas questões nos mostram um movimento que vai de maneira contrária às mobilizações nacionais, visto que nos anos de 1980 ocorre toda a mobilização, já citada aqui, sobre a redemocratização do país e a efervescência dos movimentos sociais.

Neste estudo, buscamos informações sobre o DASS-UNICAP, porém não há trabalhos sobre o tema e não foi conseguido contato com ex-militantes do MESS da UNICAP. Desta mesma forma, não foi conseguido mais informações sobre o MESS em Pernambuco após 1985, visto que não há trabalhos sobre e também não foi conseguido contato com militantes da segunda metade desta década. O que torna um limbo entre a década de 1980 e 1990, onde já se tem mais informações visto as mobilizações para a construção do novo código de ética da profissão.

REFERÊNCIAS

A GREVE das universidades. **Boletim DCE-UFPE**. Nº05 AGOSTO/SETEMBRO 1984.

ANDRADE, Egleubia. LIMA, Lenormande. **A mobilização estudantil no curso de graduação em serviço social - UFPE de 1979 a 1985**. Orientadora: Cecília Lithg. 1985. TCC (graduação). Curso de Serviço Social. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. UFPE. 1985.

BRAGA, Brenda; LEITE, Lygia; Novais, Umbelina. **Seminário Memória e História do Movimento Estudantil de Serviço Social em Pernambuco na Crise da Ditadura**: depoimento [2023]. Memória e História do Serviço Social em Pernambuco (MEHSSPE), 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=R28ola577ps>. Acesso em: 29 ago. 2023

DORIA, A. L. N. **Resgate histórico da Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social**: história de luta e organização política do movimento estudantil. 2007

FALCÃO, Raquel. **Importância do movimento estudantil na formação profissional do aluno de Serviço Social**. 1981. TCC (graduação). Curso de Serviço Social. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. UFPE. 1981

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 1987.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 41. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

IANNI, Octavio. **O Jovem Radical**. in **Sociologia da Juventude**. BRITTO, Sulamita (org). Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

INFORMATIVO dos estudantes de SS. **Diretório Acadêmico de Serviço Social da UFPE e Diretório Acadêmico de Serviço Social da UNICAP**- Outubro 1979

O NEGRO e a ditadura empresarial-militar[S. l.: s. n.], 2023, 1 vídeo (22min). Jones Manoel. Recife:Publicado pelo canal Jones Manoel. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KiiH4wWXQI0>. Acesso em: 27 ago. 2023

LENIN, V. I. **As tarefas da juventude revolucionária**. A verdade. 1903 . Disponível em: <https://averdade.org.br/wp-content/uploads/2020/08/Documento-73-VLADIMIR-L%C3%80ANIN-AS-TAREFAS-DA-JUVENTUDE-REVOLUCION%C3%80RIA.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2023

LENIN, V. I. **As tarefas revolucionárias da juventude**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015

Marx, Karl. **Manuscritos Econômicos-Filosóficos..** São Paulo: Editora Martin Claret, 2002. (Coleção a obra-prima de cada autor)

MANDEL, Ernest. **Capitalismo Tardio.** São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Os economistas)

MARINI, Ruy Mauro. **Os Movimentos Estudantis na América Latina.** Les temps modernes, n°219, Paris, 1970, p. 718-731.

MINTO, Lalo Watanabe. **A Educação da “Miséria”: Particularidade capitalista e educação superior no Brasil.** Orientador: José Claudinei Lombardi. 2011. Tese (doutorado em educação). Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas.

MINAYO, M. C. de S. (org.); DESLANDE, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade.** Petrópolis, RJ:Vozes, 2016. (Série Manuais Acadêmicos)

MONTALVÃO, Camila. **O Movimento Estudantil de Serviço Social em Pernambuco nas Décadas de 1950-1970.** 1. ed. Recife: da autora. 2022

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, M. L. **Estado, Classe e Movimento Social.** 1. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

NETTO, J. P. **Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985).** 1. ed. São Paulo; Cortez, 2014.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64.** 17. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

NOVAIS, Umbelina. **O movimento estudantil e a formação profissional dos estudantes de serviço social.** Orientadora: Zélia Pereira. 1982. TCC(graduação). Curso de Serviço Social, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco.

PARTICIPAÇÃO em massa no IIIº ENESS. **Jornal de Serviço Social.** Diretório Acadêmico de Serviço Social, Recife, UFPE, Nº 04, outubro de 1980.

SANTOS, J. S. **A repressão ao movimento estudantil na ditadura militar.** Aurora, São Paulo. Ano III nº5. 2009. p. 101-108.

SADER, Eder (org.). **Che guevara - política.** 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 281 - 286.

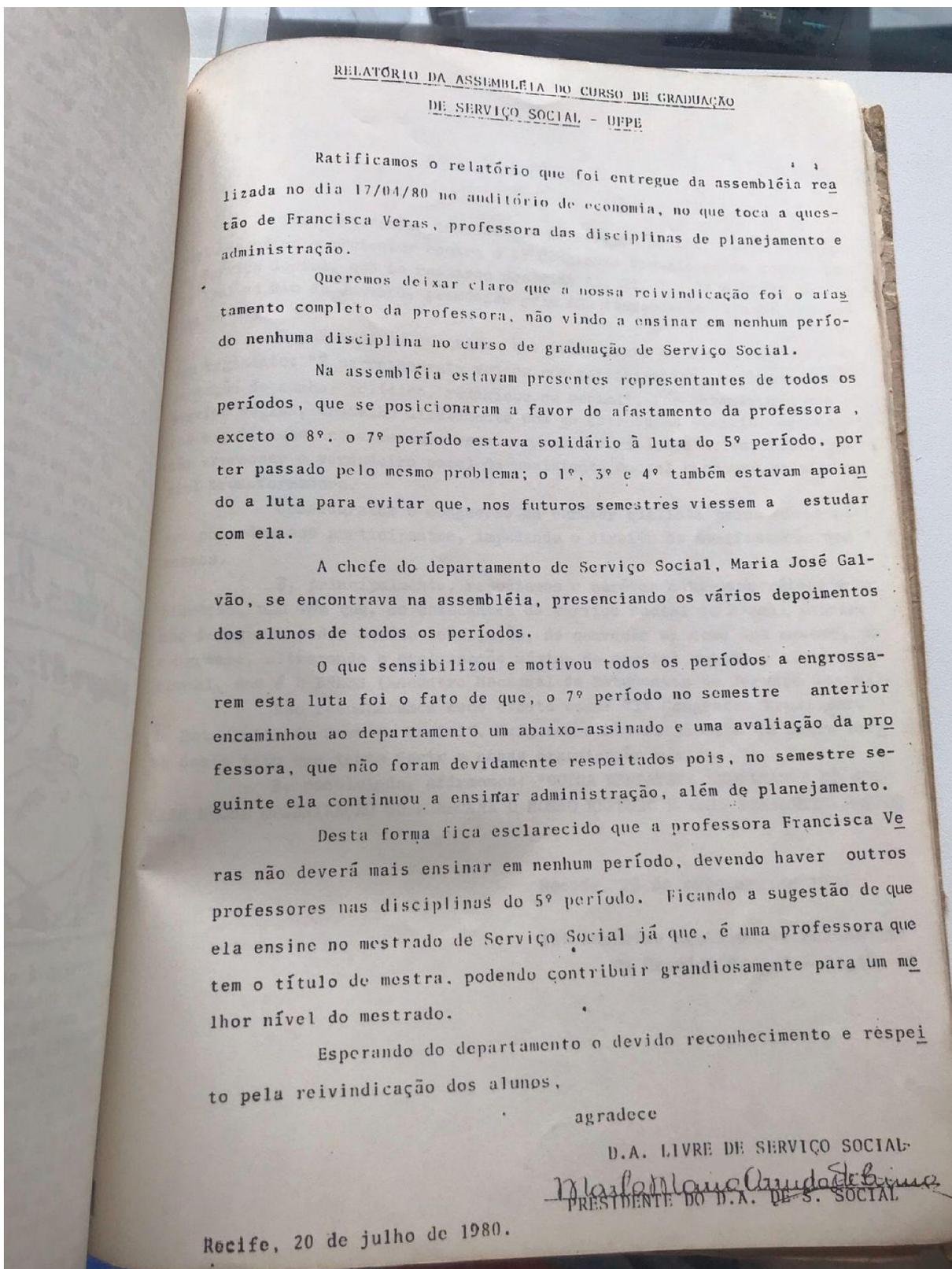
SOARES, T. N. **Um clima de agitação criado por alunos esquerdistas: vigilância, militância política e lutas pelas liberdades democráticas na UFPE (1973-1985).** Orientadora: Lucia Grinberg. Tese (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2020.

RAMOS, S. R. **A ação política do Movimento Estudantil de Serviço Social: caminhos históricos e alianças com outros sujeitos coletivos.** Orientadora: Zélia Pereira. 1996. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco.

VERAS, D. B. **PALÁCIOS CARIADOS: a elite universitária e a ditadura militar – o caso da Universidade Federal de Pernambuco (1964 – 1975).** Orientador: Flávio Weinstein Teixeira. Tese (Doutorado em História). Curso de História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, 2018.

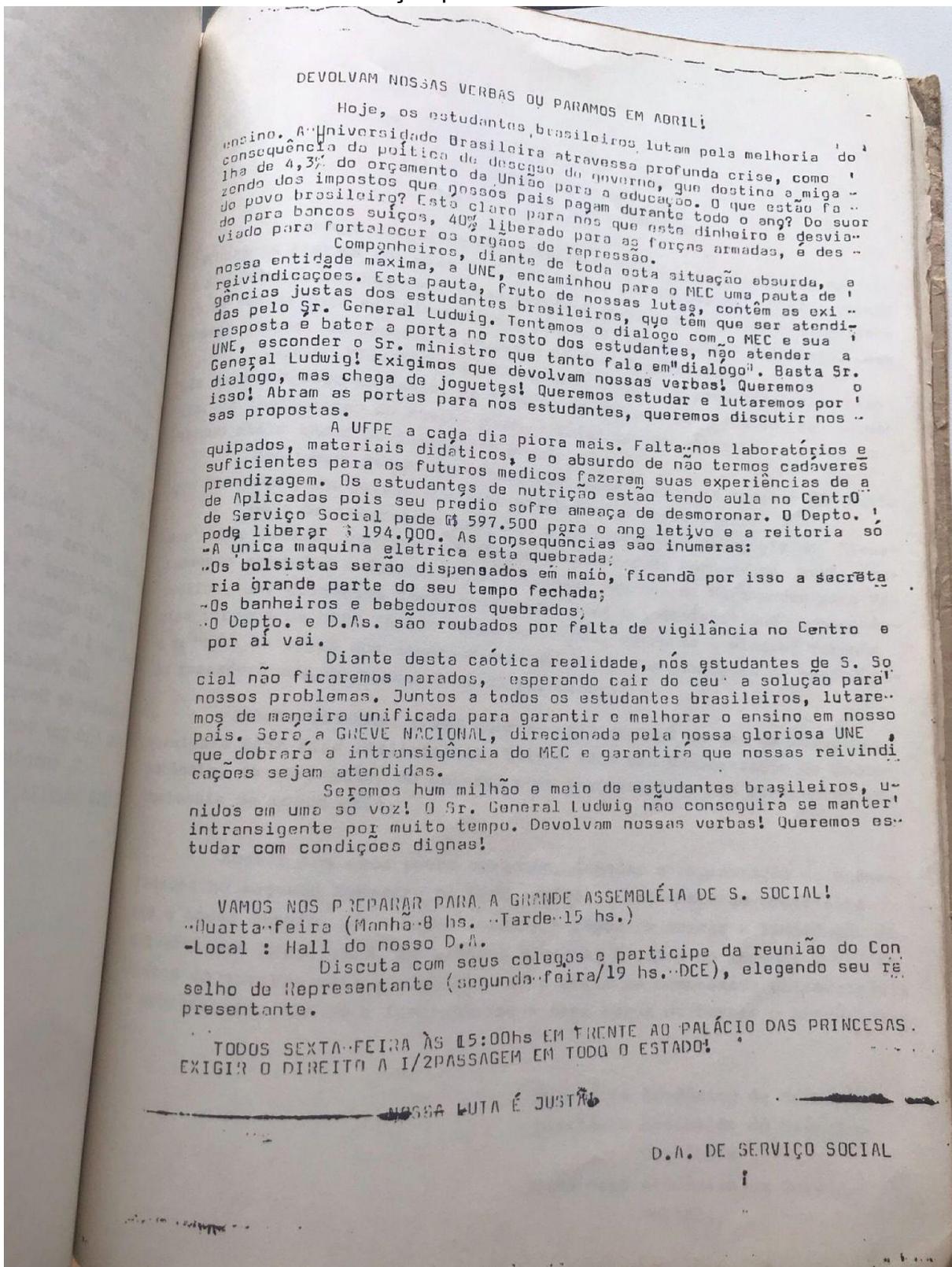
ANEXOS

ANEXO 1: Relatório 1ª Assembleia do Curso de Serviço Social UFPE - Abr. 1980



Fonte: Andrade e Lima (1985, p. 98)

ANEXO 2: DASS-UFPE. Convocação para Assembleia de Greve - início de 1980



ANEXO 3: DAS-CCSA - Repasse da Greve de Estudantes de Abril - 1980

